

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – SCHLA
Departamento de Ciências Sociais – DECISO

AS “ALEMOA” E AS BRASILEIRAS: com quem eu devo me casar?

Morgana Thays Laemmle

Curitiba, 2008.

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – SCHLA
Departamento de Ciências Sociais – DECISO

AS “ALEMOA” E AS BRASILEIRAS: com quem eu devo me casar?

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado, do curso de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marlene Tamanini.

Curitiba, 2008.

Dedico este trabalho e todo o meu curso de Ciências Sociais à minha mãe. Sem a sua dedicação ao trabalho, e seu esforço em criar os filhos, eu não teria conseguido nada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço com muito respeito e reconhecimento minha mãe, Marli, por ter me proporcionado através do seu esforço e dedicação à sua profissão árdua de vendedora 'sacoleira', condições financeiras para que eu saísse de Joinville e viesse para Curitiba estudar. Ela me possibilitou fazer a graduação em Ciências Sociais, mesmo não vendo nenhum futuro nisso, e não sonhando com uma filha “cientista social”. Apenas apostou na minha felicidade. Muito obrigada mãe, por ter me dado a chance de ser feliz na faculdade!

Em segundo lugar, agradeço à Professora Marlene, que é um exemplo de mulher, de docente e de pesquisadora. Sua dedicação ao meu trabalho e sua ajuda irrestrita e incondicional foram fundamentais para que eu tivesse prazer nesta pesquisa. Marlene, você é um exemplo raro a ser seguido. Eu te admiro.

Agradeço aos amigos daqui e de lá. Lá de Joinville, seria impossível não agradecer às minhas grandes amigas, Ana Júlia, Larissa e Thaís, por todo carinho e amizade nesses anos todos, desde o colégio. Aos amigos daqui, são muitos os amigos do coração e que marcaram profundamente esta jornada: Eliel, Carol, Walker, Augusto, Fernando, Stefânia e Thiago; obrigada pelas conversas, pelos trabalhos da faculdade, pelas viagens e pelas festas.

Mas não posso deixar de agradecer neste momento, aos meus grandes amigos e companheiros de república: Daniel, Leonardo, Nelson e Michel. Amo vocês e levo essa experiência para a vida. Com vocês aprendi mais sobre 'relações de gênero' do que nas aulas!

Por fim, agradeço especialmente ao meu namorado e amor da vida, Aurélio, por ter me feito conhecer e acreditar no amor. Sem você e sua família, eu não teria conseguido terminar esta monografia e minha graduação, após tantos obstáculos da vida. Amo você, te admiro e te respeito, e lutarei diariamente por nós. Obrigada pela casa, pela internet, pela comida, e pelos comentários e críticas construtivas a este trabalho. Mas, sobretudo, obrigada por toda dedicação, apoio e carinho, nos bons e maus momentos. Nunca se esqueça: **É tu.**

RESUMO

Este trabalho foi realizado a partir da pesquisa realizada com mulheres que viveram relações amorosas interétnicas na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina. Para esta pesquisa, foram entrevistadas cinco mulheres que moram em Joinville e que se auto-definiam como “brasileiras”, e que casaram com homens que têm origem alemã. Esta origem alemã remete-se a fundação e colonização da cidade, que, no ano de 1851, recebeu a primeira leva de imigrantes alemães.

Neste trabalho, a relação que se estabelece entre memória e identidade configurou-se como elemento fundamental na compreensão e análise de como as mulheres joinvilenses que entrevistei se percebem e como ressignificam a experiência vivenciada nas suas relações interétnicas muitas vezes conflituosas, e em seus casamentos interétnicos. Esta memória foi resgatada a partir dos relatos orais, oriundos da metodologia da História Oral e das Histórias de Vida.

A presente pesquisa tem a pretensão de verificar se há uma valorização da etnia alemã, em detrimento de qualquer outra etnia; e, principalmente, se há expectativas das sogras alemãs em relação à suas noras. Estas expectativas se traduzem em representações acerca do doméstico, do cuidado com a casa, da família, e, principalmente, expectativas em relação à manutenção e preservação da cultura e da identidade alemã para as futuras gerações.

Palavras-chave: alemães, casamento interétnico, gênero, identidade, memória.

SUMÁRIO

RESUMO.....	IV
INTRODUÇÃO.....	VI
1. A CIDADE DOS PRÍNCIPES É DOS ALEMÃES.....	VI
1.1. A história de Joinville.....	VI
1.2. Apresentação da pesquisa.....	X
1.3. O objeto de pesquisa e a proposta de análise.....	XII
2. NARRAR E OBJETIVAR TRAJETÓRIAS DE VIDA.....	XVI
2.1. A pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais.....	XVI
2.2. As narrativas orais nas Ciências Sociais.....	XVII
2.3. A História Oral: contexto e histórico do surgimento nos EUA e Brasil.....	XX
2.4. O status da História Oral.....	XXI
2.5. O lugar das Histórias de Vida na pesquisa.....	XXV
3. O DESAFIO DE ANALISAR PELA PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	XXX
3.1. Michelle Perrot e as práticas de memória feminina.....	XXX
3.2. História das mulheres e gênero.....	XXXIII
3.3. Joinville: história da cidade e relações sociais generificadas.....	XL
4. SELECIONANDO, CONTACTANDO E CONFIGURANDO O CAMPO.....	XLIII
4.1. Apresentando as personagens.....	XLIII
4.2. Identidade e Memória: categorias de análise do campo.....	XLVIII
5. AS “ALEMOA” E AS BRASILEIRAS.....	LIV
5.1. A tensão entre as etnias.....	LIV
5.2. A tensão nos casamentos interétnicos.....	LV
5.3. A 'cultura' alemã hierarquizada positivamente através da comida.....	LVI
5.4. A memória feminina que revela uma 'identidade alemã'.....	LX
5.5. Mulheres: responsáveis pela identidade do grupo.....	LXII
5.6. Os 'lugares de memória' das entrevistadas.....	LXVIII
5.7. O trabalho como valor identitário.....	LXX
5.8. A 'alemã trabalhadeira'.....	LXXII
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	LXXIV
BIBLIOGRAFIA.....	LXXVII

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa se dá através das relações interétnicas que ocorreram na cidade de Joinville, em Santa Catarina, entre descendentes de imigrantes alemães e outros grupos étnicos. Mais especificamente, centro minha pesquisa em relações oriundas de casamentos interétnicos.

Em meu trabalho, meu foco de análise se dá através da narrativa de cinco mulheres que não têm origem alemã, mas que viveram um casamento interétnico com um homem de origem alemã. Através da aproximação e posterior interpretação dessas narrativas, interesse-me em verificar quais as dinâmicas que se produzem nessas relações, principalmente no sentido dos conflitos que tais relações engendram. Meu principal questionamento nessa pesquisa é se há mesmo algum tipo de conflito interétnico, e se as sogras de origem alemã têm alguma influência ou expectativa em relação a estes casamentos interétnicos em Joinville.

1. A CIDADE DOS PRÍNCIPES É DOS ALEMÃES

1.1. A história de Joinville

Joinville apresenta-se geograficamente como uma cidade localizada à nordeste do estado de Santa Catarina. A história da cidade começa no ano de 1851, quando houve a instalação na região da Colônia Dona Francisca, e assim vieram para essa localidade imigrantes suíços, noruegueses, e principalmente alemães. A cidade de Joinville era a sede administrativa desta colônia, que compreendia também parte das terras que hoje são as atuais cidades de Garuva, Schroeder, Guaramirim, Campo Alegre e São Bento do Sul.

A história oficial de Joinville é contada¹ a partir deste ano, 1851, quando chega à cidade a primeira barca trazendo os desbravadores desta terra, os primeiros imigrantes europeus. Esta embarcação é a Barca Colon, que aportou no Porto de São Francisco do Sul em 9 de março do ano de 1851, trazendo muitos imigrantes alemães, e em menor número, imigrantes suíços e noruegueses, a então Colônia Dona Francisca.

O nome dado à colônia foi uma homenagem feita à princesa Francisca Carolina, filha de Dom Pedro I. As terras colonizadas eram parte do dote de seu casamento com o Príncipe de Joinville, o francês François Ferdinand Phillippe Louis Marie d'Orleans. Foi por este motivo que mais tarde o núcleo da colônia passou a se chamar 'Joinville', numa homenagem ao original proprietário das terras².

É interessante que saibamos que a imigração para a Colônia Dona Francisca atendeu aos interesses do governo imperial, que estava interessado em preencher os vazios populacionais nesta região do país, assim como estimular a entrada de mão-de-obra no Brasil, já que com o fim do tráfico de escravos, tornavam-se necessárias novas alternativas para suprir a falta do trabalho escravo dos negros.

Segundo estudos do historiador Carlos Ficker³, o Príncipe de Joinville, ofertou as terras que compunham parte do dote da Princesa Francisca Carolina, para a colonização, sendo a companhia intitulada 'Sociedade Colonizadora de 1849 de Hamburgo', responsável pela imigração nessa região. A pesquisadora Marionilde Dias Brepohl de Magalhães infere em sua tese de doutorado, que, entre 1850 e 1888, esta companhia teria encaminhado para Joinville e as demais terras que compunham a Colônia Dona Francisca, o contingente de 17.408 colonos⁴.

A maioria destes imigrantes era oriunda de uma Alemanha conturbada política e economicamente, e a emigração destes para países livres da América era a prova dos desajustes do século e das revoluções, principalmente a revolução de 1848. Os camponeses emigravam por causa das guerras, das lutas políticas, do excessivo crescimento populacional, dos altos impostos, e das terras concentradas nas mãos de

¹ Chamo essa história oficial de "contada" porque há um mito fundador que exclui os povos sambaquianos e indígenas que a História prova que viveram em Joinville, assim como brasileiros que já se encontravam nas proximidades, como na cidade de São Francisco do Sul.

² Sobre este fato, diz o historiador joinvilense Carlos Ficker "somente em outubro de 1852, a primeira povoação '*Schroedersort*' e a área prevista para a construção da cidade foram reunidas sob o nome Joinville e, conseqüentemente, nunca houve fundação oficial da cidade. In: **História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Ipiranga, 1965, p.71.

³ **História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Ipiranga, 1965, p.72.

⁴ MAGALHÃES, 1993, p.19.

poucos, que deixavam os camponeses numa situação econômica difícil. Nas palavras do pesquisador joinvilense Borges de Garuva:

A inquietação política e as dificuldades econômicas na Europa, a sombra da Revolução Industrial, as notícias fabulosas vindas da América, o sonho de liberdade, riqueza e vida tranqüila nos campos e nas florestas do Novo Mundo, foram alguns dos componentes históricos que desencadearam na população do Velho Continente a febre da emigração⁵.

Muitos dos textos historiográficos lidos para esta monografia nos contam dos ideais dos imigrantes europeus que chegaram à Santa Catarina: buscar liberdade e igualdade no “Novo Mundo”, na América, pois eram herdeiros das Revoluções de 1848. Mas, a historiadora Marionilde Magalhães nos conta em seu estudo sobre os primeiros anos da Colônia Dona Francisca, que não foram apenas os ideais de liberdade que marcaram a vinda destes imigrantes, mas que a grande propaganda veiculada na Alemanha pela Sociedade Colonizadora de 1849 de Hamburgo, contribuiu, e muito, para que estes emigrassem:

Não são a estas constatações que podemos chegar quando examinamos alguns documentos deste período, sob a guarda do Arquivo Histórico de Joinville. Ali, encontram-se diversos testemunhos que evidenciam uma situação de constantes conflitos entre os sócios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e os imigrantes. De fato, a propaganda que se veiculava na Alemanha sobre a Colônia Dona Francisca falava de terras férteis e acessíveis, de viagens subsidiadas, de um lugar onde a liberdade de opinião e de associação era garantida a todos. Mas o que se pretendia, na realidade, era trazer colonos que, mesmo que se tornassem proprietários de um pequeno lote, constituir-se-iam mão-de-obra barata para uma determinada elite que representava os interesses da Sociedade Colonizadora de Hamburgo⁶.

Os discursos sobre a cidade de Joinville sempre nos falam de “harmonia”, “progresso”, “ordem”, “trabalho”, sempre sobre a primazia do trabalho dos imigrantes alemães. Contudo, há fontes históricas que mostram que para Joinville também vieram imigrantes dinamarqueses, noruegueses, russos, e posteriormente, também italianos. Em uma publicação da Fundação Cultural de Joinville, há a seguinte afirmação:

⁵ GARUVA, 2001, p.10.

⁶ MAGALHÃES, 1996, p.50.

Até 1857 haviam entrado na colônia 2.858 imigrantes, dos quais 705 eram suíços, o que representa 25% do total. Ao contrário do que se acredita, a relação entre os diversos grupos nacionais nem sempre foi harmoniosa. Logo no início houve um isolamento voluntário desses grupos: os noruegueses estabeleceram-se na Nordstrasse (atual rua Dr. João Colin), os alemães na Deutschestrasse (atual rua Visconde de Taunay) e os suíços na Mittelweg (atual rua XV de novembro) e na Schweizerstrasse (atual rua Marechal Hermes). Cada grupo fundou ainda suas próprias associações e empreendimentos⁷.

Esta afirmação destoa dos costumeiros escritos sobre a colonização de Joinville que se referem apenas aos imigrantes alemães. Os alemães, por serem o grupo mais numeroso de imigrantes, se fazem mais visíveis e presentes em todas as atividades, desde o início da colonização. Este fato acarreta a supressão das outras etnias germânicas, fazendo com que não haja mais diferenças entre elas, e fazendo vir à tona o ideal da “Joinville alemã”. Desta forma há a produção e reprodução de uma ideologia calcada na etnicidade, onde os alemães se auto-definem como “de origem”.

A historiadora Janine Gomes da Silva coloca em texto de 2000, que a expressão “de origem” é utilizada pelos próprios imigrantes alemães e seus descendentes para diferenciaram-se dos outros grupos étnicos, especialmente dos brasileiros. Assim, ser “de origem” reforça a sua identidade étnica, haja vista que esse qualitativo é usado sempre numa perspectiva relacional: ou seja, ao mesmo tempo em que é reafirmada a sua identidade, nega-se a do outro.

Após a chegada dos imigrantes à Joinville em 9 de março de 1951, conta-nos a história que pouco a pouco foram eles destinados a seus lotes de terra. A maioria deles, alemães, no início só mantinha contato entre sua própria etnia. Tudo era estranho: a língua, o calor, os insetos, a mata fechada, e o mangue que cobria boa parte das terras da cidade. Os imigrantes nada conheciam da cultura da nova terra e, portanto, seu referencial de mundo era a Europa. E de lá, trouxeram seus costumes e seus valores, junto com muitos sonhos e saudades. Saudade da terra que ficou para trás no Velho Mundo, mas sonhos de trabalhar e construir uma boa e nova cidade no Novo Mundo.

⁷FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. **Dia da Suíça**: os suíços em Joinville. 1997. (folder).

1.2. Apresentação da pesquisa

É muito importante dar destaque ao fato de que as numerosas leituras que fiz sobre a História de Joinville pouco falavam sobre as mulheres imigrantes, ou sobre o lugar da mulher nessa história. Deste modo acabei percebendo que somente o imigrante alemão representado pela figura masculina era agente desta história, e mostrado como ator ativo da vida social local.

Essa “História Oficial” da cidade foi construída e reconstruída assim, mostrando somente a figura do desbravador, do trabalhador, ou seja, somente o imigrante alemão masculino era reverenciado nessa história local. Assim, sentindo falta do agente social feminino, é que me propus a pensar uma pesquisa que pudesse contar com o testemunho de mulheres joinvilenses, e que pudesse dar voz e vez às mulheres. Ou seja, queria problematizar uma História a partir da perspectiva de gênero, trazendo para dentro dessa relação à experiência e a significação produzida por mulheres, pois acredito que só desta forma a realidade social torna-se verdadeira e próxima; pois as mulheres existem, e não faz sentido que desapareçam das narrativas e que sejam colocadas fora da realidade que elas igualmente constituíram e constituem.

Mas, nessa monografia, não me preocupo mais com a história dos “tempos da imigração”, e com os relatos daquela época; embora, esses tenham sido importantes para me fazer ver que faltava a problematização do gênero nos estudos que a tratavam, e que hoje este problema ainda persiste em muitos trabalhos de pesquisa. Assim, nessa monografia apresentada agora, farei a mulher visível na cidade, estudando algumas relações interétnicas que aconteceram e tiveram seu início em Joinville no século XX, entre os anos de 1940 e 1990.

Torna-se importante mencionar aqui o fato de que os estudos que problematizam as questões de gênero me chamam a atenção desde o ano de 2004, quando ingressei na Universidade Federal do Paraná. Em agosto deste mesmo ano, passei na seleção de bolsistas para o Programa de Ensino Tutorial (PET) do Curso de Ciências Sociais, e ali comecei pela primeira vez a fazer algumas pesquisas na área de Ciências Sociais; atividade esta que me proporcionou um ensino e um conhecimento acadêmico diferente daquele que eu recebia na carga horária normal do curso, pois estava em contato quase que diário com outros alunos pesquisando. Mas, por alguns encaminhamentos e

necessidades de pesquisa do PET, ainda no ano de 2004, não pude fazer nenhuma pesquisa individual no campo dos estudos de gênero.

Logo no primeiro ano da minha vida acadêmica, quando pude realmente compreender quão ampla podia ser a possibilidade da pesquisa social, tive o desejo de estudar e pesquisar algo relacionado com a minha cidade natal, a cidade de Joinville. Acho importante expor este fato aqui, pois do mesmo modo, como dita alguns pressupostos weberianos, acredito que as ciências humanas são ciências relacionadas com os valores. Ou seja, acredito que um cientista social sempre faz suas pesquisas no quadro de uma cultura determinada, com um conjunto de valores específicos, que movem seus interesses pessoais⁸. E foi esta minha origem familiar em Joinville, que fez com que eu tivesse a motivação e vontade de estudá-la.

No ano de 2005, elaborei pela primeira vez um projeto de pesquisa, onde me propunha a estudar a presença da “ética protestante” em Joinville nos setores industriais. No ano de 2006, sentindo falta de incluir questões de gênero neste projeto, tentei reformulá-lo e adequá-lo ao meu gosto pessoal e acadêmico pelos estudos de gênero, mas o resultado deste projeto de pesquisa me desagradou. Não estava mais empolgada com a idéia desta pesquisa, então, nem comecei a esboçá-la. Foi então que resolvi fazer mais algumas leituras sobre a História de Joinville a fim de ter alguma idéia nova. Então a lacuna presente em relação às mulheres da cidade me chamou a atenção, despertando assim o interesse pelo presente tema dessa monografia, que comecei a esboçar num projeto de pesquisa para a disciplina “Técnicas e métodos de pesquisa em Sociologia”, em 2006; e a que dou forma na presente monografia final de curso, onde me proponho a analisar alguns aspectos que permearam as relações interétnicas, em especial a questão de casamentos interétnicos.

Entre os meses de outubro de 2006 e março de 2007, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Marlene Tamanini, fiz a primeira parte deste projeto de pesquisa relacionado à metodologia que emprego neste trabalho. Esta parte teórica sobre a metodologia das narrativas orais também fez parte de uma pesquisa sobre “Produção do Conhecimento” apresentada ao PET, onde expus alguns pontos da ‘História Oral’, num trabalho de pesquisa coordenado pela tutora do grupo, a Prof^a. Dr^a. Liliana de Mendonça Porto. Esta

⁸ Mas, para não cairmos no erro de pensar que as ciências sociais são subjetivistas, convém esclarecer que Weber afirmava que se o sociólogo era movido por seus valores na hora de definir seu objeto, na condução da pesquisa todas as considerações pessoais do sociólogo (seus juízos de valor ou axiológicos) deveriam ser colocados de lado. Na pesquisa, o sociólogo só pode emitir juízos de fato, ou seja, mostrar rigorosamente o desenvolvimento de um determinado fenômeno, sem procurar julgá-lo, ou tomar posição sobre o problema.

pesquisa sobre a História Oral foi muito importante, pois me possibilitou conhecer um método de pesquisa que se adequava aos anseios de pesquisar mulheres que viveram casamentos interétnicos em Joinville, usando suas memórias como fontes empíricas.

1.3. O objeto de pesquisa e a proposta de análise

Esta monografia que apresento agora, parte, então, de um grande cenário que é a cidade de Joinville e seus imigrantes. Mas não pretendo rememorar o passado, e voltar à época da imigração, muito menos estudar as mulheres que viveram naquela época, sequer as relações tomadas universalmente, como constituidoras do conjunto da cidade. Nesta presente monografia quem contará a história e fará parte deste cenário, como atrizes protagonistas, são mulheres ainda vivas, que por razões óbvias, não viveram o “tempo da colonização”. Entretanto, sofreram as conseqüências e as influências desta ‘gente alemã’ que fundou a cidade, no que tange à suas relações amorosas e a constituição do seu casamento, na segunda metade do século XX. O que me chama a atenção em Joinville, e que me motivou a fazer esta pesquisa, é que mesmo passados mais de 150 anos do início da colonização, a cultura alemã ainda é muito valorizada, e os descendentes dos imigrantes alemães, ainda se fazem muito presentes em várias esferas da vida e das dinâmicas sociais, como em associações, grupos folclóricos, e em festas típicas.

É partindo dessas observações carregadas de significados acerca da cidade de Joinville, que oriento minha pesquisa na direção destas sociabilidades entre as pessoas de origem alemã e outros moradores de Joinville, e meu problema de pesquisa se foca de maneira mais estreita na relação que se estabelece entre mulheres de origem alemã *versus* mulheres de outras etnias que não a alemã, (pelo contexto da cidade e do estado de Santa Catarina como um todo, estas *outras* etnias são a brasileira e a italiana, principalmente). Mais especificamente interesse-me em verificar que dinâmicas se produzem nas relações amorosas interétnicas quando está em jogo a figura representada pela matriarca da família, seja ela a mãe ou a avó⁹, na escolha de parceiras de seus filhos homens, quando estas exercem influências nas relações de seus filhos e netos. Neste

⁹ Em Joinville é comum referir-se à avó como “oma”.

caso, apresentarei nessa pesquisa de que maneira esta influência é exercida e explicitada na fala das minhas entrevistadas.

Estabeleci este problema de pesquisa devido a uma constatação feita informalmente ao longo dos anos, observando algumas relações tensas entre noras brasileiras e sogras de origem alemã. Com esta pesquisa, e com a análise das narrativas, verificarei quais são as dinâmicas dessas relações interétnicas, e demonstrarei empiricamente se há mesmo um conflito na relação entre essas mulheres. É nesse sentido que buscarei compreender como se constituem as representações que adjetivam a mulher nos critérios valorativos de gênero, quando está em questão a relação amorosa ou o casamento interétnico transversalizado por categorias como trabalho; cuidado com a casa, filhos e marido; e pelos valores que fazem uma dada cultura.

O meu objetivo de compreender como se produzem as representações dessas relações se baseia em hipóteses de pesquisa que verificarão se há expectativas das sogras em relação a suas noras e à vida cotidiana da relação interétnica de seus filhos homens. Também demonstrarei com este trabalho se essas expectativas estão baseadas na diferença entre essas etnias, e, principalmente, se há uma valorização de uma etnia alemã, em detrimento de qualquer outra etnia no contexto dessas relações joinvilenses. Desta forma busquei compreender como se articulam as relações dessas representações, com as tensões, dificuldades e/ou possibilidades de vida e cotidiano que essas relações amorosas interétnicas engendram.

Assim, tornou-se importante no meu trabalho de campo perceber a partir da narrativa das mulheres que viveram relacionamentos amorosos e casamentos interétnicos como se constituíram essas relações, relativas a memórias de amores, namoros e casamentos, e como foi a influência ou a dificuldade das escolhas de companheiros, e a posterior convivência. Também procurei perceber qual o quadro de valores que está por trás das narrativas que contam sobre as dificuldades de uma relação interétnica, e se há um valor de etnia que adjetiva e normatiza a nora da sogra alemã num contexto de representação de grupo e de etnia. Desta forma, engajei-me em verificar que ordem simbólica se constrói na fala das narradoras e que prática cotidiana elas revelam, mostrando assim, como as representações que se contrapõem entre mulheres alemãs e mulheres brasileiras estruturam práticas sociais.

Para este meu estudo, utilizarei a metodologia da História Oral, mais especificamente, centrarei meu estudo na análise das narrativas dessas mulheres joinvilenses através das suas Histórias de Vida, pois a História de Vida é um arquivo

que consegue entrelaçar o verdadeiro, o vivido, o adquirido, e o imaginado. Neste sentido, a História de Vida pode ser considerada um instrumento privilegiado para análise e interpretação dos dados desta minha pesquisa, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais. Ela fornece, portanto, base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais e coletivos ocorridos nas relações interétnicas, assim como para a compreensão desses componentes em relação aos fenômenos históricos e sociais.

Para tanto, delimito o caminho desta pesquisa da seguinte maneira:

Capítulo 2: neste capítulo faço uma escolha metodológica entre muitas outras possíveis na área da pesquisa social. Deste modo, em função das exigências do meu tema, escolho fazer uma pesquisa qualitativa, onde trabalho com as narrativas orais e a metodologia da História Oral. Nas entrevistas que fiz com as mulheres em Joinville, centro minha análise numa perspectiva interpretativa, onde me interessa em analisar as Histórias de Vida e as memórias dessas mulheres.

Capítulo 3: pelo recorte das relações de gênero, neste capítulo exponho as práticas de memória feminina, categoria que frequentemente aparecerá neste trabalho. Sigo falando sobre a história das mulheres e gênero, e concluo o capítulo falando que a história de Joinville estudada e contada a partir da perspectiva de gênero, revela outros elementos capazes de esclarecer como se reproduzem e se ressignificam dinâmicas culturais. Em meu caso, como o cotidiano, a família e concepções sobre etnia, reforçam certas expectativas sobre relações sociais.

Capítulo 4: é neste capítulo que apresento o campo de pesquisa, mostrando detalhadamente quem são as minhas personagens entrevistadas, e como cheguei até elas. Na segunda parte do capítulo, apresento algumas categorias utilizadas para a análise do campo, onde estabeleço uma relação entre memória e identidade, pois isto se tornou elemento fundamental para a compreensão das narrativas das mulheres que entrevistei. Isso se deu porque a memória dessas mulheres mostra como elas se percebem e se constroem em relação à identidade alemã tão fortemente presente em suas vidas. Neste capítulo já há alguma análise desta pesquisa.

Capítulo 5: na análise do campo exponho várias questões que surgiram no trabalho empírico através das entrevistas. Começo o capítulo expondo de forma geral a tensão existente entre as etnias em Joinville e a tensão nos casamentos interétnicos. Sigo apresentando um aspecto da cultura alemã; e a memória feminina como responsável por

revelar uma identidade alemã, e a mulher como responsável por essa identidade. Nesta identidade alemã incluo a valorização do trabalho, e principalmente a valorização da 'alemã trabalhadeira'.

Considerações Finais: fecho o trabalho com algumas questões de análise do material empírico, ao mesmo tempo em que reforço outras que vêm sendo mostrados desde o capítulo 4, como conclusões que obtive com a pesquisa. Conclusões estas que se referem aos meus objetivos e hipóteses apresentados aqui, neste capítulo 1.

2. NARRAR E OBJETIVAR TRAJETÓRIAS DE VIDA

2.1. A pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais

A pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais estabelece uma relação entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. Esta forma de abordagem tem sido valorizada, uma vez que trabalha com o universo de significados, representações, crenças, valores, e atitudes, sem perder os contextos. E também aprofunda um lado não perceptível das relações sociais, permitindo a compreensão da realidade vivida socialmente, como no caso da realidade das mulheres joinvilenses que narram suas histórias.

A tradição de pesquisa na sociologia a partir do Iluminismo foi fortemente centrada na neutralidade e objetividade científica, no distanciamento do pesquisador de seu objeto, numa relação impessoal. A partir da filosofia Kantiana a relação entre sujeito e objeto começa a ser enfatizada nas Ciências Sociais, e a pesquisa em si, apesar de ter como fim básico a produção de conhecimento com relevância social e científica, passa a ser encarada acima de tudo como uma relação entre sujeitos. Estes são ao mesmo tempo objetos da realidade social e a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante.

Por isso, as metodologias qualitativas trazem uma contribuição significativa para as Ciências Sociais, pois se revelam particularmente eficazes em áreas exploratórias, especialmente em campos temáticos onde inexitem fontes de informações acessíveis e organizadas. Também são indispensáveis para compreender fenômenos que se manifestam em longos intervalos de tempo - como o caso de trajetórias de mobilidade social ou mudanças geracionais - ou ainda manifestações sociais que por sua abrangência exigem a coleta exaustiva de dados padronizados. Além disso, desempenham importante papel na elaboração de hipóteses e construção de novas teorias.

A pesquisa qualitativa está sedimentada em complexos sistemas de percepção e interpretação, nos quais os dados empíricos qualitativos requerem processos de interpretação hermenêutica, bem como pretendem revelar as conexões objetivas entre

estruturas, para proceder a uma análise dos contextos de ação individual ou coletiva. É, portanto, uma atividade racional que busca investigar o indivíduo e o mundo em que ele vive. Além disso, ao contemplar a abordagem qualitativa para o objeto de investigação social, o pesquisador deve considerar que as pessoas envolvidas no processo de pesquisa são “[...] sujeitos de estudo, pessoas em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados”¹⁰.

Num contexto em que a realidade contemporânea apresenta-se cada vez mais complexificada, multifacetada, o crescente processo de globalização da sociedade faz com que haja o encontro com uma heterogeneidade de tempos, espaços e culturas. Esta nova configuração requer novos tipos de abordagem social, uma resposta diferente por parte das ciências sociais - uma resposta que passe por uma interrogação de si própria e pela suspensão dos atuais conceitos e teorias puramente objetivistas-racionalistas – fazendo com que haja mais abordagens interdisciplinares, como as que trabalham com História Oral, História de Vida e Práticas de Memória, onde a subjetividade dos sujeitos é valorizada e respeitada como fonte fidedigna de pesquisa.

2.2. As narrativas orais nas Ciências Sociais

As práticas de narrativas orais presentes na área das Ciências Sociais, abrangendo não só a antropologia, mas também a sociologia, e em certos casos até a ciência política, tornam-se um espaço de contato e influência interdisciplinares, e sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, contam com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante.

Os Relatos Orais passaram a ser valorizados, paulatinamente pelas Ciências Sociais, na medida em que se percebeu que comportamentos, valores, emoções permanecem escondidos nos dados estatísticos. Com o tempo e com o avanço de outras

¹⁰ MINAYO, 1993, p.22.

disciplinas, como o é, para a lingüística, a semiótica e a antropologia reconheceu-se que o discurso do ator social tem uma lógica própria e se estrutura como "linguagem", podendo permitir a compreensão de fenômenos sociais que escapam à observação fria e distante do pesquisador¹¹.

Desta forma, os Relatos Oraís têm se apresentado como uma valiosa contribuição para os estudos na área das disciplinas voltadas para os significados e às dinâmicas da cultura, e para compreender o cotidiano de grupos - no meu caso as relações vividas por mulheres - com especial ênfase na história da família. Situação que me coloca no centro do que afirma o historiador Paul Thompson, em seu livro que discorre acerca dos usos da História Oral:

Até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito freqüentemente transcorreu sem ser documentada [...] O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta¹².

Como já disse anteriormente, a metodologia da História Oral vem despertando hoje não só o enorme interesse dos historiadores, mas também dos cientistas sociais. Situação esta que demonstra o quanto a História Oral se torna uma ferramenta na elaboração de saberes, ultrapassando várias barreiras nas áreas do conhecimento e abrangendo inúmeras outras. Além disso, a História Oral apresenta-se como uma metodologia e uma possibilidade para a análise sociológica, pois nela a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórico-metodológica estão indissociavelmente interligadas.

Existe um consenso na área das ciências em geral, e também no campo de estudos das ciências sociais e humanas - na sua vertente mais tradicional - de que a ciência implica em um método, um procedimento caracterizado pelos passos invariantes da hipotetização, observação, testagem e confirmação¹³. Segue-se a isto o suposto de que, ao seguir tais passos, o analista estaria atendendo a procedimentos consensuais

¹¹ CAMARGO, 1987.

¹² THOMPSON, 1992, p.134.

entre os cientistas e, além disso, estaria excluindo da pesquisa os seus sentimentos pessoais. Em adendo, a utilização de tais práticas aponta para uma racionalidade que deveria caracterizar a prática de pesquisa. A utilização de arcabouços lógicos e normativos atribuiria a necessária racionalidade aos projetos de pesquisas, diminuindo, ainda mais, a interferência das predileções do investigador¹⁴.

Assim como acredito que a sociologia significa ser uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la em seu curso e efeitos, não podendo ser a realidade (que é infinita) explicada totalmente a partir de leis científicas, tem-se que o uso da metodologia da História Oral e das Histórias de Vida nos estudos sobre mulheres na área das Ciências Sociais, só tem a contribuir na produção deste conhecimento, na medida em que a análise de narrativas femininas e histórias orais possibilita reivindicar a importância das mulheres na história, fazendo vir à tona os erros de muitos anos de uma história escrita “por homens e para homens”, onde os agentes eram por vezes apenas masculinos, brancos, e ocidentais.

Torna-se válido também, nesse sentido, indicar como as mulheres percebem e constroem o seu passado e como este se articula à dinâmicas locais, familiares, e da vida da cidade em questão, tanto quanto aos processos sociais e políticos mais amplos. Desse ponto de vista, este estudo, se vincula aos contextos de produção de sociabilidades: as que organizam instituições como o é, no caso do casamento, da reprodução humana e das concepções sobre dinâmicas de trabalho nas tarefas de prover a casa e o mundo público, onde se inserem os indivíduos homens e mulheres. E este é o grande foco desta minha pesquisa, quando trato dos casamentos interétnicos.

¹³ Salvo leituras votadas para abordagens mais hermenêuticas e interpretativas que afrouxariam a visão rígida sobre esses fundamentos.

¹⁴ Essas discussões sobre a produção científica podem ser encontradas em: FREUND, Julien, 2003. **Sociologia de Max Weber**. Como também em: KUHN, Thomas S. 2005. **A estrutura das revoluções científicas**.

2.3. A História Oral: contexto e histórico do surgimento nos EUA e Brasil

A primeira experiência da História Oral como atividade organizada é de 1948, quando o professor Allan Nevis lançou o *The Oral History Project* da Universidade de Colúmbia. Hoje, essa universidade, possui uma coleção de mais de 6 mil fitas gravadas e mais de 600 mil páginas de transcrição. Esse material é consultado anualmente por mais de 2500 pesquisadores, segundo informações do próprio órgão sediado na Universidade de Colúmbia, na cidade de Nova York¹⁵.

A História Oral está hoje consolidada em diversos países além dos EUA, tais como Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, Canadá, França; faz parte do currículo escolar nos diferentes níveis de aprendizado, e cursos sobre o método e teoria são oferecidos regularmente até por universidades tidas como “conservadoras”, como as de Colúmbia e Oxford.

No Brasil, uma das primeiras experiências com História Oral ocorreu em 1971, em São Paulo, no Museu da Imagem e do Som (MIS), que tem se dedicado à preservação da memória cultural brasileira. Outras experiências ocorreram no Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, em 1972, e na Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi implantado um laboratório de História Oral em 1975. Porém, a experiência mais importante e enriquecedora tem sido a do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), sediado na Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, que dispõe de um Setor de História Oral desde a sua fundação em 1975. Indubitavelmente, o CPDOC é o exemplo da bem-sucedida experiência com História Oral no Brasil, tanto no plano do seu acervo, constituído principalmente de entrevistas com personagens da história política contemporânea do País, como no plano de comunicações, palestras e publicações de sua equipe¹⁶.

Embora sua introdução date dos anos 70, somente no início dos anos 90 a História Oral experimentou aqui uma expansão significativa. A multiplicação de seminários e a incorporação pelos programas de pós-graduação de cursos voltados para a discussão da História Oral são indicativos importantes da vitalidade e dinamismo da

¹⁵ THOMPSON, 1992.

¹⁶ AMADO, 1996.

área. Por outro lado, o estabelecimento e o aprofundamento de contatos com pesquisadores estrangeiros e com programas de reconhecido mérito internacional, propiciados pelos encontros e seminários, criaram canais importantes para o debate e a troca de experiências, entre os historiadores, antropólogos, sociólogos e psicólogos, que utilizam a metodologia da História Oral em suas pesquisas.

A História Oral hoje no Brasil apresenta bons resultados, e trata-se de uma área de pesquisa que se projeta, ganha novos adeptos e multiplica seus temas. Um ponto, no entanto, é motivo de preocupação: o caráter ainda limitado da reflexão e da discussão metodológica.

Trabalhar com História Oral no Brasil muitas vezes ainda consiste em gravar entrevistas e editar os depoimentos, sem explorá-los suficientemente, tendo em vista um aprofundamento teórico-metodológico; também é comum a utilização de entrevistas, em associação com fontes escritas, como fornecedoras de informações para a elaboração de teses ou trabalhos de pesquisa, sem que isso envolva qualquer discussão acerca da natureza das fontes ou de seus problemas.

Um dos aspectos mais polêmicos das fontes orais diz respeito à sua credibilidade. Para alguns pesquisadores tradicionais os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual que às vezes pode ser falível e fantasiosa. No entanto, a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas e sociais, sejam elas orais, escritas ou visuais. O que interessa em História Oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem o seu significado. Além do que, o século XX é marcado pelo avanço sem precedente nas tecnologias da comunicação, o que abalou a hegemonia do documento escrito.

2.4. O *status* da História Oral

Diferenças secundárias à parte é possível reduzir a três as principais posturas a respeito do *status* da História Oral. A primeira advoga ser a História Oral uma técnica, a segunda, uma disciplina; e a terceira, uma metodologia. Aos defensores da História Oral

como técnica interessa as experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição das gravações, modelos de organização de acervo, entre outros. Alguns defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais; muitos são cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral, escritas) e que utilizam as entrevistas de forma eventual, sempre como fontes de informação complementar. Esses nem sempre defendem conscientemente a “postura técnica”; às vezes, tal opção é resultado do tipo de relação que mantêm com a História Oral (atendimento a necessidades específicas de pesquisa ou deveres profissionais). A essas pessoas, entretanto, somam-se as que efetivamente concebem a História Oral como uma técnica, negando-lhe qualquer pretensão metodológica ou teórica.

Os que postulam para a História Oral *status* de disciplina baseiam-se em argumentos complexos, por vezes contraditórios entre si. Todos, entretanto, parecem partir de uma idéia fundamental: a História Oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos; este conjunto, por sua vez, norteia as duas outras instâncias, conferindo-lhes significado e emprestando unidade ao novo campo do conhecimento. Não podemos pensar a História Oral dissociada da teoria, pois além de teórica, ela constitui um corpo teórico distinto, diretamente relacionado às suas práticas.

E quais conceitos, idéias, características e direções integrariam a História Oral, permitindo conferir-lhe o *status* de disciplina, segundo esse grupo de estudiosos?

As idéias resumidas que exponho a seguir são as apresentadas por Ian Mikka no livro “Usos e Abusos da História Oral”, acrescidas de observações de vários outros autores. Representam uma tentativa de condensar perspectivas e temas reconhecidos por grande parte da bibliografia como específicos da História Oral, mesmo por autores que não postulam para esta o status de disciplina autônoma:

- o testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória; isso obriga o pesquisador a levar em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos, como por exemplo, as relações entre escrita, oralidade, memória, história e tradição oral;

- o uso sistemático do testemunho oral possibilita à História Oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos. São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas. Essa característica permitiu inclusive que uma vertente da História Oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos.
- na História Oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o pesquisador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito e objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação.
- a pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas de pesquisa – porque tradicionalmente relacionados apenas a indivíduos – como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano;
- na História Oral, o objeto de estudo dos pesquisadores é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas e sociais, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes;
- a narrativa, a forma de construção e organização do discurso, são valorizados pelo historiador e pelo cientista social, pois, fontes orais são fontes narrativas; isso tudo chama atenção ao caráter ficcional das narrativas históricas, seja as dos entrevistados, seja as do entrevistador, o que pode acarretar mudanças de perspectivas revolucionárias para o trabalho.

Para quem defende a História Oral enquanto metodologia é aceito como válido, em linhas gerais, o feixe de idéias acima resumido, espécie de território comum sobre o qual se erige a História Oral hoje, o que naturalmente a transforma em algo muito mais abrangente e complexo do que uma simples técnica, como o querem alguns. A divergência entre os que pensam a História Oral como metodologia, e os postulantes da

História Oral como disciplina reside em outro ponto: estes reconhecem na História Oral uma área de estudos com objeto próprio, e com capacidade (como o fazem todas as disciplinas), de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática - no caso específico, questões como as imbricações entre história e memória, entre sujeito e objeto de estudo, entre história de vida, biografia e autobiografia, entre diversas apropriações sociais do discurso, etc.

A História Oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras do pesquisador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho –, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da História Oral, e por isso acredito que não permite classificá-la unicamente como prática. Na área teórica, a História Oral é capaz de suscitar questões e formular perguntas, mas a solução e as respostas às questões e perguntas devem ser apoiadas na teoria: pois é a teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores e cientistas sociais.

Afinal, qual a importância de toda essa discussão? Que diferença poderá fazer para quem trabalha com fontes orais? Acredito que pode fazer uma grande diferença. Este debate se encontra bem no centro de definição do que é a História Oral, dos seus usos, e dos rumos que poderá tomar. Se a História Oral for considerada uma técnica, a preocupação se concentrará exclusivamente em temas como organização de acervos, realizações de entrevistas, etc. (Temas que em si são relevantes, mas, muito aquém das possibilidades que a História Oral denota).

Se a História Oral for concebida como disciplina há dois caminhos possíveis, ambos, a meu ver, problemáticos: esquecem-se as questões exclusivas da teoria, deixando de abordá-las nos trabalhos, ou tenta-se encontrar respostas para elas apenas no âmbito da História Oral. Nestes dois casos, os trabalhos se limitam a reproduzir as palavras dos entrevistados, exploram uma idéia absolutamente comprovada (utilizando trechos de entrevistas para corroborá-la), e não conseguem problematizar qualquer aspecto da pesquisa.

Se a História Oral for concebida e trabalhada como uma metodologia, ela torna-se inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc), à história do cotidiano e da vida privada, à história local e enraizada. Em segundo lugar, torna-se inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma “história vista de baixo”, atenta às maneiras de ver e de sentir.

A História Oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação (os “arquivos orais”), como também estabelece uma relação original entre o pesquisador e os sujeitos. Sendo assim, a História Oral, precisamente na medida em que se constitui num encontro com sujeitos da história e da vida social, pode contribuir para reformular o eterno problema da pertinência social da história e também o do lugar e do papel do pesquisador na cidade, por exemplo. Por isso mesmo ela pode representar para as ciências sociais, como metodologia, uma chance que não se deve subestimar nas metodologias qualitativas, e que nos leva para um outro eixo dessa discussão, que se refere às pesquisas sobre as “Histórias de Vida” nas Ciências Sociais.

2.5. O lugar das Histórias de Vida na pesquisa

São muitos os métodos e as técnicas de coleta de dados em uma abordagem qualitativa e, entre eles, a “História de Vida” ocupa lugar de destaque. Através da História de Vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permite que elementos do presente fundam-se a evocações passadas. Podemos, assim, dizer que a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto, e que é o tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado.

Nas pesquisas que envolvem relatos de História de Vida, deve-se estar ciente dos avanços e recuos, da cronologia própria e da fantasia e idealização que costumam permear narrativas, quando elas envolvem lembranças, memórias e recordações. As entrevistas de História de Vida trabalham com memória e, portanto, com seletividade, o que faz com que o entrevistado aprofunde determinados assuntos e afaste outros da

discussão. Assim sendo, o interessante quando se trabalha com Histórias de Vida, é perceber a narrativa da vida de cada um, da maneira como ele a reconstrói e do modo como ele pretende que a sua vida seja narrada.

Podemos incluir a História de Vida no quadro amplo da História Oral que também inclui depoimentos, entrevistas, biografias, autobiografias. Considera que toda História de Vida encerra um conjunto de depoimentos e, embora tenha sido o pesquisador a escolher o tema, a formular as questões ou a esboçar um roteiro temático, é o narrador que decide o que narrar. A História de Vida torna-se uma ferramenta valiosa exatamente por se colocar justamente no ponto no qual se cruzam vida individual e contexto social, que é o que ocorre nesta minha pesquisa sobre as relações interétnicas em Joinville.

É importante que eu use essa metodologia da História Oral em minha pesquisa, utilizando as Histórias de Vida, pois ela torna-se essencial neste ramo de pesquisa nas ciências sociais, onde trajetórias de vida que por muitas vezes foram “esquecidas” podem vir à tona por meio dos relatos orais expostos nas Histórias de Vida. Assim, os relatos de mulheres através destas narrativas orais, trouxeram pontos interessantes para a minha pesquisa sociológica que, por vezes, foram silenciados e esquecidos.

Interessante a opinião de Maria Teresa Haguette¹⁷, que considera a História de Vida mais do que qualquer outra técnica (exceto talvez a observação participante - tão usada na antropologia), é aquela capaz de dar sentido à noção de processo. Este “processo em movimento” requer uma compreensão íntima da vida de outros, o que permite que os temas abordados sejam estudados do ponto de vista de quem os vivencia, com suas suposições, seus mundos, suas pressões e constrangimentos.

Aspázia Camargo¹⁸ complementa afirmando que o uso da História de Vida em pesquisas sociais possibilita apreender a cultura “do lado de dentro”; constituindo-se em instrumento valioso, uma vez que se coloca justamente no ponto de intersecção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e aquilo que ele traz dentro de si. O mesmo pensa Cipriani¹⁹ quando considera o “livre fluir do discurso”, condição indispensável para que vivências pessoais desponham profundamente entranhadas no social, o processo de “escavação do microcosmo” deixa entrever o “macrocosmo”, o universal

¹⁷ HAGUETTE, 1987.

¹⁸ CAMARGO, 1984.

¹⁹ CIPRIANI, 1988.

mostra-se invariavelmente presente no singular; pois cada entrevista pode ser tomada na sua totalidade compondo um discurso único e singular. Assim, a singularidade das Histórias de Vida advém do fato de que não se consegue chegar ao geral, através de uma diversidade de histórias de vida singulares, sem dar a elas uma totalidade sintética, que por sua vez se forma a partir da singularidade de cada uma delas.

É por isso que cada entrevista é importante no caso dos relatos de História de Vida, por ser uma narração diferente da outra. Pois nessas narrativas, a história valorizada é a história da própria pessoa, nela são os narradores que dão forma e conteúdo às narrativas à medida que interpretam suas próprias experiências e o mundo no qual elas são vividas.

Essa metodologia relatada atua no ramo da pesquisa qualitativa. Já a investigação quantitativa, atua em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem com campo de práticas e objetivos trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis. Para esta pesquisa que apresento, preferi a investigação qualitativa por ela trabalhar com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequar-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

Maria Cecília de Souza Minayo²⁰ é uma autora que discute sobre pesquisa qualitativa e quantitativa, e expõe em seu texto, que do ponto de vista metodológico, não há contradição assim como não há continuidade entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente, embora, ela não as exclua de uma situação dialógica. Esta autora considera, ainda, que do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa, não se torna “objetiva” e, portanto, “melhor”. Assim como uma abordagem qualitativa, em si, não garante a compreensão em profundidade de determinado fenômeno.

O campo por excelência das pesquisas qualitativas se traduz pelo universo não passível de ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis e de difícil quantificação. A imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizados no contexto social do qual emergem, é condição essencial para o seu desenvolvimento. É

²⁰ MINAYO, 1983.

através dessa imersão, que se consegue penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Sua utilização é, portanto, indispensável quando os temas pesquisados demandam um estudo fundamentalmente interpretativo. É por isso que considero importante para a pesquisa social na área das ciências sociais, trabalhar com as narrativas orais. Nesse sentido, torna-se importante discutir o uso da História Oral, recurso de muitas pesquisas qualitativas, pois a subjetividade do expositor fornece às fontes orais o elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em medida igual. A História Oral, mais do que sobre eventos, fala sobre significados; nela, a aderência ao fato cede passagem a imaginação, a simbolismos.

Podemos inferir algumas características da pesquisa qualitativa, tais como a imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, a saber, o mergulho nos sentidos e emoções; o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos: a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto.

É nesse sentido, que podemos citar o antropólogo Gilberto Velho²¹, quando este discute a relação que a antropologia mantém com os métodos qualitativos de pesquisa; onde o autor reforça que o envolvimento inevitável com o objeto de estudo não constitui defeito ou imperfeição dos métodos utilizados. Sendo o pesquisador membro da sociedade, cabe-lhe o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo de forma a poder colocar-se no lugar do outro. Mesmo assim, a realidade familiar ou inusitada, será sempre filtrada por um determinado ponto de vista do observador, o que não invalida seu rigor científico, mas remete à necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica, e sempre interpretativa. Essa interação com e entre os sujeitos de pesquisa, afigura-se como particularmente relevante também nos estudos de História Oral.

Dessa forma, houve nas Ciências Sociais uma crescente consciência que o fato de como “contar histórias” desempenha um papel válido e importante na conformação de fenômenos sociais. As Ciências Sociais, ao se interessarem pela oralidade, procuram destacar e centrar suas análises na visão e versão que dimanam do interior e do mais

²¹ VELHO, 1978.

profundo da experiência dos atores sociais; e ao centrarem seus estudos na análise de narrativas orais, contribuem para a interdisciplinaridade e produção de saberes cada vez mais dinâmicos.

A consideração do âmbito subjetivo da experiência humana é a parte central do trabalho desse método de pesquisa social baseado nas narrativas orais, cujo propósito inclui a ampliação, no nível social, da categoria de produção dos conhecimentos históricos-sociais. Portelli²², discutindo a importância da História Oral, recursos de muitas pesquisas qualitativas, nos diz que é a subjetividade do expositor que fornece às fontes orais o elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em medida igual.

O pesquisador que se usa dessa metodologia, é mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”: é um cientista que procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise sociológica do fenômeno, indivíduo, ou grupo social estudado. O cientista procura mostrar através da conseqüente análise científica dos dados obtidos numa narrativa oral, que seu papel como pesquisador não se limita ao de um entrevistador eficiente; e luta para que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas gravações sonoras e visuais. Utilizar narrativas orais na sociologia significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, sociológicos e científicos, e não, simplesmente, fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros”.

Destes pontos de vista e dada a forma como construí meu tema, objeto e problema de pesquisa, essas reflexões se articulam com a experiência de estudiosas da história das mulheres e das dinâmicas conectas entre memória, história e gênero, por sua vez também uma perspectiva analítica. É desse ponto de vista que me reporto ao ponto seguinte deste diálogo.

²² PORTELLI, 1997.

3. O DESAFIO DE ANALISAR PELA PERSPECTIVA DE GÊNERO

3.1. Michelle Perrot e as práticas de memória feminina

A produção do conhecimento baseada na memória das mulheres tem sido focalizada ultimamente de forma bastante intensa. Tanto a pesquisa histórica quanto sociológica sobre o privado e a intimidade no cotidiano tem-se utilizado deste tipo de memória. Na década de 70, quando surgiu no Brasil, a História Oral era empregada especialmente para "preencher lacunas", ou então para obter informações sobre os acontecimentos da esfera pública. Mas, nessa época em questão, recorria-se principalmente à memória masculina. O argumento era de que as mulheres não eram conhecedoras dos acontecimentos desta esfera, por não transitarem nela. A perspectiva de uma história que buscava "o que realmente aconteceu" exigia que o depoimento fosse fornecido por quem estivesse presente nos acontecimentos. A partir dos anos 80, a elaboração dos saberes historiográficos e sociológicos no Brasil passou a comportar discussões que focalizavam "as diferenças, multiplicidades e diversidades". Desta forma, esta perspectiva passou a utilizar cada vez mais o depoimento das mulheres como fontes para a produção de conhecimento, podendo estas fontes assim ser estudadas e consultadas por outras áreas do saber, como a sociologia e a antropologia; e até por áreas da saúde, como a ginecologia e obstetrícia. Além disso, por estarem mais ligadas ao privado e a intimidade, era a memória das mulheres que se recorria para focalizar aquilo que passou a se chamar "História da Vida Privada".

Em artigo publicado no Brasil no ano de 1989, a historiadora francesa Michelle Perrot, procura trazer à tona a questão do pouco espaço dispensado a mulher na narrativa histórica tradicional; o que acarreta inúmeras conseqüências também para outras disciplinas, por não disporem de material para estudos. A autora se questiona como seria possível uma história das mulheres, se a elas foi negado até muito recentemente o acesso ao espaço público, tido como o lugar por excelência da história. A difícil tarefa de chegar às fontes, e mesmo a de produzi-las a partir de pistas tênues, é avaliada pela autora no intuito de trazer para o campo do conhecimento da pesquisa social os recônditos da memória feminina.

A autora coloca que a narrativa histórica tradicional reserva pouco espaço às mulheres, justamente porque privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas pouco aparecem. O mundo público, sobretudo econômico e político, grosso modo, é reservado aos homens. Os procedimentos de registro, dos quais a história é tributária, são fruto de uma seleção que privilegia o público, único domínio direto da intervenção do poder e campo dos verdadeiros valores.

Assim, as esferas do público e do privado amparam-se na questão do poder e refletem, antes, a relação entre os sexos, em suas divisões de papéis, de tarefas, de espaços. No século XIX, a distinção entre o público e o privado, bem como a higienização, constituem formas de poder que se fazem presentes em uma rede tentacular do controle. Logo, o lugar do poder não está somente na mão do Estado, mas se espalha no corpo social sem que se possa estabelecer o seu limite, como já dizia Michel Foucault.

O silêncio dos arquivos no que diz respeito às mulheres, “olhares de homens sobre homens” como chama a atenção Michelle Perrot, tratam a mulher como entidade coletiva e abstrata; e quando se referem a elas, fazem apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhe foram reservados. Como demonstra Perrot:

[...] quanto às mulheres do povo, só se fala delas quando seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazaras contra os comerciantes ou contra os proprietários, quando ameaçam subverter com sua violência um cortejo de grevistas²³.

Com esta passagem relatada pela autora, fica clara a noção de que a mulher só tinha voz, e só era ouvida, quando provocava algum tipo de problema, ou seja, quando saía do espaço que era reservado a ela; provocando alguma “cena extraordinária ou chocante” na esfera pública.

Como o registro histórico sempre privilegiou os eventos acontecidos na esfera pública e a mulher ficou reduzida ao espaço privado, ela nunca foi chamada a fazer

²³ PERROT, 1989, p.10.

parte da cena histórica e teve de desenvolver estratégias de sobrevivência naquilo que lhe restou: o lar. Por isso, a memória do privado coube à mulher; e nos arquivos privados podemos notar, segundo a autora, como as mulheres se exprimiam de forma mais abundante.

As discussões de Michelle Perrot apontam a especificidade da memória feminina relacionada aos *mil nadas*: vestidos, bibelôs, lembranças de viagem, objetos que povoam a cristaleira, reencenam o passado. Estas, de acordo com ela, são formas de as mulheres prenderem o tempo, de fazê-lo retornar através da rememoração. Era ela também quem cultuava os mortos e suas tumbas, sendo a forma de comunicação dominante a oralidade, passada, geralmente, de mãe para filha. Mas muita coisa se perdeu devido a mudanças de casa, ao desprezo por se tratar de mulher e ao embaraço pelo conteúdo legado.

Em raros casos acontecidos no século XIX, quando se permitia que as mulheres não dependessem apenas da oralidade e da memória, e, assim, a escrita era permitida, o diário tende a firmar-se como uma maneira de expressão pessoal e se trata, ao mesmo tempo, de uma agenda, uma vez que não se limita a registrar apenas o que passou, mas também a previsão das atividades futuras, como uma espécie de organização do tempo, tão necessária a um século em que a noção de progresso se instaura.

Durante muito tempo, mulheres estiveram confinadas às sombras da vida privada. É em lugares escondidos que os pesquisadores e pesquisadoras vão buscá-las primordialmente. Daí o esforço em penetrar zonas isoladas, em buscar fontes de informação de caráter íntimo, como cartas e diários. Assim como se dedica especial atenção aos gestos e cenários do cotidiano. O quarto, a cozinha, os conflitos em família, os costumes do dia-a-dia... Essa maneira de lidar com as coisas enriquece não só a história, mas contribui de forma abundante para a sociologia e a antropologia, na medida em que enriquece os saberes.

É justo por estas questões colocadas, que quero expor com esta monografia que em sua pesquisa empírica utilizou-se das narrativas femininas, o quanto que o desenvolvimento recente da história oral, é, de certo modo, uma revanche das mulheres; uma medida necessária para saírem do silêncio da história. Pois, assim estariam sendo preenchidas, a meu ver, lacunas na produção do conhecimento, na medida em que uma narrativa oral pode escavar o tempo, removendo camadas de esquecimento e

recompondo um passado feito de silêncios. Como expõe a própria autora quase no fim de seu texto:

Enfim, o feminismo desenvolveu uma imensa interrogação sobre a vida das mulheres obscuras. Tornar visível, acumular dados, instituir lugares da memória (arquivos, de mulheres, dicionários) foi uma das preocupações de uma história das mulheres em plena expansão nos últimos quinze anos. E na falta de testemunhos escritos, buscou-se fazer surgir o testemunho oral²⁴.

3.2. História das mulheres e gênero

Acredito que se não houver uma discussão de gênero nos estudos sobre História das Mulheres, essa história corre o risco de não se tornar relacional e não abarcar os estudos de gênero; pois compartilho da corrente que diz que gênero torna-se uma categoria útil de análise científica quando é estudado na relação, e não na observação de um elemento tomado isoladamente²⁵.

É por isso que neste trabalho procurarei discutir o gênero de maneira relacional - mesmo entrevistando somente mulheres - elas falarão dos homens que fizeram parte de sua vida, e estarão sendo focadas em sua inserção no contexto de várias relações: as familiares, as institucionais, as relações históricas de sua inserção na cidade. Gênero é tomado aqui, portanto, como um campo analítico das ciências sociais e não como muitos ainda o tratam: “estudos de mulheres”. Pois, o gênero é uma construção social acerca dos significados do masculino e do feminino, e que também significam relações de poder nas sociedades.

Durante os anos 70, as questões de gênero foram introduzidas nas universidades pelas militantes feministas. De acordo com várias autoras, as militantes feministas que estavam inseridas no universo acadêmico introduziram nas universidades questões e discussões relacionadas à mulher. Iniciou-se assim uma grande e importante produção acadêmica sobre a mulher; produção esta que passou a ser caracterizada nos anos 70 como “estudos da mulher” (mas que questiona já os pressupostos da ciência,

²⁴ PERROT, 1989, p.17.

²⁵ SCOTT, 1990.

conformada até então como patriarcal, androcêntrica e branca). Naquela época, nesses espaços acadêmicos eram problematizados os pressupostos naturalizados sobre a psicologia feminina e os porquês das diferenças e desigualdades políticas entre homens e mulheres, principalmente no que tangia às esferas do público e do privado. Esses pressupostos ditavam conseqüências relativas às idéias sobre complementaridade, mas que de fato tratavam do englobamento e da relação parte e todo, onde a parte (mulher) jamais se constituía como um todo; e seguia aristotelicamente no pressuposto da mulher como a matéria sobre a qual a forma se impunha, o pneuma (masculino) lhe dava vida.

A figura feminina só existia na função de suporte, para as práticas sociais legitimadas por um espírito masculino capaz de dar rumo à história. Na relação de complementaridade, binaridade e dualidade de posições, homens e mulheres, foram constituídos com funções, tarefas e concepções sobre a sua suposta natureza de maneiras fundamentalmente desiguais. Por isso, nesses debates são abordadas as diferenças sociais entre homens e mulheres, que teriam sua gênese nas leituras que se construía sobre a diferença a partir de suas características biológicas, com respaldo “científico” para compreender e até justificar essas desigualdades. Da mesma maneira, temas como subordinação e patriarcado, seguiram desconstruindo muitos campos teóricos, e organizando importantes bandeiras de luta.

Em seu processo de construção como categoria analítica o campo dos estudos de gênero passou por mudanças significativas: uma das primeiras problematizações foi exercida sobre a própria categoria patriarcado e a teoria dos papéis sexuais, que foram repensadas, para cindir a imobilidade de que pareciam ser portadoras. Essas críticas apontavam, sobretudo, a impossibilidade de resgate das especificidades do contexto histórico, no qual a dominação exercida sobre as mulheres estava sendo estudada, pois, reduzidas à indignação originária sobre a causa da opressão e, tendo como resposta articulada *a priori* a simbiose patriarcalismo/capitalismo, as formas de subordinação das mulheres foram muitas vezes reduzidas à meras aparências, da mesma forma que classe foi reduzida a uma abstração, uma vez que pensada sempre só no masculino, a partir do lugar da produção, como se fosse possível separar relações sociais de relações de produção²⁶.

²⁶ LOBO, 1991.

Como aponta Sheila Rowbotham²⁷, a palavra patriarcado coloca muitos problemas: remete a uma forma universal e histórica de opressão, com fortes marcas biologizantes; produz um modelo feminista de base-superestrutura, uma estrutura fixa, enquanto que as relações entre homens e mulheres são tão mutáveis quanto fazem parte de heranças culturais e institucionais, implicam em reciprocidades tanto quanto em antagonismos.

Esta crítica também se refere às abordagens, sobretudo de cunho marxista, referentes à divisão sexual do trabalho. Assim como o patriarcalismo, essa abordagem teórica também não é aceita de forma consensual. Embora sua grande contribuição se apresente no sentido de articular relações de trabalho e relações sociais, práticas de trabalho e práticas sociais.

No período caracterizado pela crise dos paradigmas macroestruturais nas ciências sociais, durante os anos 80, quando a busca das causas da dominação e exploração foi cedendo espaço à ênfase nos significados das relações sociais constitutivas das relações de poder, é que se desenvolve uma possibilidade teórica para a análise das relações sociais: as relações de gênero.

Autoras como Joan Scott²⁸ irão apontar que as diferenças biológicas como função definidora das diferenças sociais não existem – não ainda num sentido da negação da diferença biológica, mas sim do determinismo biológico sobre as relações sociais, históricas e culturais – a autora advoga que elas são construídas social e historicamente. Segundo ela, a categoria analítica “gênero” possibilita a busca dos significados das representações tanto do feminino quanto do masculino, inserindo-se nos seus contextos culturais e históricos. A análise das relações de gênero também implica na análise das relações de poder, e neste sentido Scott salienta que essa relação permite a apreensão de duas dimensões, a saber: a) “o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos”; b) “o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis”²⁹. Deste modo, a autora se debruça sobre quatro elementos fundamentais que constituem os

²⁷ ROWBOTHAM, 1984.

²⁸ SCOTT, 1990.

²⁹ SCOTT, 1987, p.24.

conteúdos de gênero: símbolos, conceitos normativos, as relações de gênero e a identidade subjetiva. Estes elementos fundamentais são organizados da seguinte forma: o primeiro elemento refere-se aos símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias). A autora apresenta como exemplo “Eva-Maria”, luz-escuridão, purificação-poluição, inocência-corrupção, pura-devassa.

o segundo elemento trata dos conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. A autora explica que tais conceitos são evidenciados nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, e que sob a forma de uma oposição binária fazem afirmações categóricas e sem equívocos sobre o sentido do masculino e feminino. O problema é que esses conceitos que emergem como dominantes, são, contudo, declarados como a única possível. Escrevendo-se a história como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social mais do que de um conflito. Para exemplificar, Scott cita os grupos fundamentalistas atuais, que quiseram restaurar o papel “tradicional” das mulheres supostamente como mais autêntico, quando na realidade há poucos antecedentes históricos que testemunhariam a realização incontestada de tal papel.

O terceiro elemento das relações de gênero mostra a necessidade ou o “desafio” de “explodir” a “noção de fixidez”. Scott defende certa missão para a pesquisa histórica que precisa “descobrir a natureza do debate ou da repressão que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária do gênero”³⁰.

o quarto e último elemento, diz respeito “a identidade subjetiva”, que evidencia uma preocupação explícita com certa pretensão de universalidade, presente nas análises sobre a “construção da identidade subjetiva”, principalmente por parte da psicologia. Os pesquisadores devem ter a preocupação de “examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas”³¹.

É em função dessas discussões que os “estudos da mulher” oriundos da década de 70, passam a ser chamados “estudos de gênero” no final dos anos 80; pois a diferença sexual não poderia mais ser pensada apenas no plano do biológico. O desafio

³⁰ SCOTT, 1990, p.15.

³¹ SCOTT, 1990, p.15.

que se impunha era o de mexer com as categorias analíticas de base fixa, com as relações de encaixe binário, entre parte e todo, estrutura e superestrutura, com a falta de dinâmica gerada pela fixidez do funcionalismo e do estruturalismo e das teorias sobre o patriarcado. A realidade era dinâmica, multifacetada, as experiências eram variadas e, portanto, exigiam dinâmicas teóricas relacionais, sem perder a politização das categorias e as relações de poder nelas imbricadas.

Assim sendo, baseadas na rejeição do determinismo biológico, as feministas anglo-saxãs passam a usar *gender* (gênero) no lugar de *sex* (sexo). É nesta perspectiva que Joan Scott explica que:

Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo “mulheres” por ‘gênero’ [...] Enquanto o termo ‘história das mulheres’ proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo ‘gênero’ inclui as mulheres, sem as nomear, e parece, assim, não constituir ameaça³².

Também no que tange à desigualdade, a autora brasileira Guacira Lopes Louro salienta que as desigualdades não podem ser pensadas no plano do biológico, mas, sobretudo no relacional, que segundo ela, é constituído no social:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação³³.

Desta forma, Scott expõe no texto que em sua leitura a História das Mulheres apareceu como um campo definível do conhecimento principalmente a partir da década de 70, e que nos anos 90 há uma participação internacional no movimento da História

³² SCOTT, 1990, p.75.

³³ LOURO, 1999, p.22.

das Mulheres. A autora utiliza o termo “movimento” para distinguir o fenômeno atual dos esforços passados de constituir uma História das Mulheres; pois segundo ela atualmente há uma qualidade dinâmica nos intercâmbios de estudo, além de uma interdisciplinaridade presente e praticada pelos historiadores das mulheres. Além, é claro, desse “movimento” evocar associações com a política.

A autora argumenta que a questão do campo “História das Mulheres”, não pode ser analisado numa perspectiva linear, do tipo “um campo de estudo que surge da política, vai para a história especializada, e daí para a análise”. A história do campo relativo a História das Mulheres requer um estudo mais complexo, que leve em conta e, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista, e a disciplina história como um todo. Assim como não há como se dizer que o campo da história das mulheres não é político: não há como se evitar isso na produção do conhecimento e nos processos que o produzem.

A contribuição que Michelle Perrot deu à história das mulheres, ao “revirar um passado de silêncios” buscando elementos na memória do privado, sem dúvida alguma, foi de extrema importância para a história e para a pesquisa social. Sobretudo, serviu de subsídio para muitas reflexões e questionamentos acerca dessa invisibilidade imposta, o que contribui ainda mais nos estudos na área do gênero³⁴.

Mas, ao se refletir sobre os estudos de gênero, principalmente no que tange às mulheres, uma questão se coloca: há uma memória feminina universal? Pode-se escrever uma história das mulheres sem levar em conta as diferenças e principalmente as desigualdades, geralmente estabelecidas a partir da leitura sobre as diferenças dos corpos?

Se, nos primeiros estudos que tratavam da “condição feminina”, as mulheres eram homogeneizadas, hoje, uma escrita das mulheres, seja ela histórica ou sociológica, baseada em relatos orais ou não, é desafiada a trabalhar o conceito de gênero enquanto uma categoria relacional, que procura articular as relações historicamente determinadas para além das diferenças entre os sexos, além de dar sentido a essa diferença e às diversas relações de poder envolvidas.

³⁴ A introdução da noção de gênero nos estudos sobre a mulher por pesquisadoras feministas inicia a partir da década de 70, liga-se com a preocupação de desnaturalizar a noção de feminino e masculino nas análises que vinculam os papéis sexuais ao seu substrato biológico. Gênero então, passa a referir-se a “as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (Scott, 1990).

Portanto, na produção de conhecimento, que se faz nas ciências humanas, e, principalmente, nas ciências sociais, cabe a ressalva que num relato oral, ou num resgate de uma memória feminina, faz-se necessário considerar o contexto em que aquele relato está sendo produzido: quem são os sujeitos do relato, suas experiências e posições de sujeitos relativos a sua sexualidade, a seu gênero, seu sexo, seu trabalho, e o rol de relações que envolvem sua vida – considerando que essas categorias nem sempre, estão em processo de continuidade. Assim como sua classe, sua etnia, sua cor - questões que o feminismo da diferença já de longa data vem problematizando e introduzindo nas metodologias de pesquisa –, pois se impõe problematizar e politizar a categoria “mulher”. Principalmente desnaturalizar a categoria mulher como uma categoria universal, branca, classe média e ocidental, situação que marcou inicialmente o feminismo europeu.

Ao introduzir e reconhecer a diferença e as experiências variadas dessas mulheres nos contextos de suas produções, de suas narrativas e na significação de sua experiência quando ela é revelada, possibilita-se a entrada em uma realidade humana, social e política mais ampla. A percepção da diferença dentro da diferença no primeiro momento trouxe a possibilidade de se contrapor diferença e semelhança e de compreender os eixos da desigualdade e igualdade. A entrada da diferença dentro da diferença para o campo analítico sobre relações sociais de mulheres e de homens e entre si permite ver a construção da identidade subjetiva. Não como algo referido ao intrapsíquico, mas como posição de sujeitos no mundo - deve ser analisada pelos historiadores e sociólogos sempre relacionada com toda uma série de atividades, de organizações, e de representações historicamente situadas.

Na constituição de relações sociais, estão imbricadas as instituições e a organização social como sistemas políticos e econômicos, influenciando normativamente, tentando limitar e conter as possibilidades metafóricas individuais dos símbolos culturalmente disponíveis. Símbolos estes que evocam múltiplas e diversas representações simbólicas; mesmo no contexto da bicategorização sexual.

A história das mulheres também influenciará a história oral e seus métodos introduzindo o contextual, o relativo, a temporalidade com a pluralidade de sujeitos e o diálogo com outras disciplinas, como a literatura, a lingüística, a psicanálise e a antropologia. Nesse sentido, a maneira como a história irá incluir e apresentar a experiência das mulheres depende de como o gênero poderia ser utilizado como uma categoria de análise.

Arrisco-me, também, a dizer após as inúmeras pesquisas bibliográficas feitas e após ter ido a campo, que há sim uma memória caracteristicamente feminina, pois a consciência histórica de uma mulher identifica-se diferentemente, devido a sua posição social no mundo e seu envolvimento nas relações sociais e de gênero. Refletir sobre as práticas de memória feminina é reivindicar o pertencimento desse sujeito no mundo e na história. Por isso que Joan Scott coloca que reivindicar a importância das mulheres na história escrita oficial é também questionar a validade dessa história, e refinar as reflexões feitas anteriormente, muitas vezes incompletas e imparciais.

3.3. Joinville: história da cidade e relações sociais generificadas

Com esta pesquisa mostrarei o limite da História da cidade de Joinville, a partir do momento em que uso a narrativa de mulheres como 'outros' sujeitos da história, e produtoras de outras narrativas, que me forneceram ricos elementos das relações sociais interétnicas. Em contrapartida a uma história “oficial” que conta da beleza da imigração e “da cara alemã” que a cidade tem, nesta pesquisa uso narrativas históricas e sociais que são igualmente legítimas e podem trazer à tona o que não foi contado e documentado antes, porque essas vozes femininas oriundas do privado, não foram na maioria das vezes consideradas nos documentos, mas sim, foram relegadas a dimensões não constitutivas da realidade social e do contexto histórico conhecido e “mostrado” - tais como o casamento, relações familiares, filhos. Através da narrativa das mulheres e das relações do cotidiano que serão mostradas nesta pesquisa, um outro modo de perceber e conceber Joinville, e as relações de gênero e étnicas da cidade, serão reveladas.

Assim sendo, pode-se dizer que a História Oral, mesmo com ela contendo avanços significativos no ramo das pesquisas qualitativas, apresenta limites quando ela esquece de trabalhar com as questões relativas as relações de gênero. Por isso, com essa pesquisa construirei um caminho teórico que versará sobre um aspecto da História de Joinville, mostrando alguns aspectos das relações interétnicas entre mulheres descendentes de imigrantes e as ‘brasileiras’. Esta história será revelada nos relatos de

mulheres revivendo em situação de narrativa, suas memórias de amores interétnicos, e que certamente selecionarão o que ressignificaram sobre essas relações, que, acredito por vezes, foram relações conflituosas com as descendentes de alemães; baseadas na divergência das suas identidades étnicas. Deste modo, ao focar minha análise nas questões do ‘gênero’, na cidade de Joinville, a partir da noção de experiência em casamentos interétnicos, construirei um caminho teórico referido aos aspectos analíticos necessários ao entendimento do campo empírico que será exposto no capítulo seguinte desta minha monografia final de curso.

Conforme já apontei, algumas vertentes da história das mulheres e das relações de gênero, muitas vezes se mantêm ainda numa história muito universalista, baseada numa abordagem linear. E isso é o que acontece nas leituras que tratam da “história oficial” de Joinville, onde os pesquisadores supuseram as mulheres como uma categoria homogênea; como se fossem pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência enquanto mulher não se alterava. Assim sendo, como construção teórica deste trabalho, estudarei essa situação, percebendo e mostrando que muitas feministas em gênero e nas ciências sociais criticam isso, mostrando, por exemplo, como os estudos de Perrot, ainda que muito importantes, sofreram dessa leitura.

As experiências iniciais de inclusão das mulheres no ser humano universal trouxeram muitas ambigüidades. Dentre elas, trazer as mulheres para dentro das disciplinas, como a história e a sociologia, significava afirmar o caráter incompleto da disciplina e às vezes, ou as mulheres eram mostradas como heroínas ou como vítimas. Então temos nesse ponto, vários desafios, dentre eles, para compreender essas mudanças se faz necessário levar em conta as contribuições recíprocas, entre a história das mulheres e o movimento feminista, que levaram ao surgimento dos estudos de gênero, como prática acadêmica. O que sublinha o aspecto relacional entre homens e mulheres, como uma dinâmica das relações sociais e culturais propostas à análise nesse trabalho.

Para compreender a questão da história das mulheres será preciso compreender como a emergência das mulheres teve papel fundamental na desmistificação das correntes historiográficas de herança iluminista. Essas que acreditavam serem informadas pela verdade e pela imparcialidade de seus profissionais, de um sujeito humano universal, e onde verdade e razão eram esquemas globalizantes que deixavam

de levar em conta a historicidade e a transitoriedade do conhecimento dos valores culturais em processo de transformação. Torna-se então necessário a inclusão das questões de gênero nestes estudos, a fim de fazer as mulheres presentes na história e na pesquisa social, através de estudos que tenham esse objetivo, e que façam mais do que um uso descritivo de gênero. A História da cidade de Joinville e das relações interétnicas, por exemplo, como parte de uma narrativa³⁵, não pode tomar leis universais. Até porque tudo isto está sendo narrada em contextos específicos, que contam com suas próprias dinâmicas. Além disso, se tomada pela epistemologia de gênero, ele se refere a um elemento constitutivo das relações sociais baseado na diferença percebida entre os sexos, mas como bem diz a autora Joan Scott é a primeira forma de significar relações de poder. O que significa que o narrador, ou narradora quando falam estão falando de relações sociais que correspondem a mudanças nas organizações das relações sociais, ou em sua reprodução de poder.

Desse ponto de vista, embora a História Oral esteja despertando muitos interesses hoje, o seu desafio será recortá-la igualmente, pelo campo analítico gênero. Assim sendo, quando colocamos esse campo em relação com as narrativas institucionais, surgem os temas do trabalho, da família e da sexualidade, que aparecem nas experiências narradas das minhas entrevistadas, por exemplo, como parte do que constitui os relatos sobre a história e das relações sociais. Assim sendo, farei as mulheres visíveis na cidade, onde em geral, se prioriza os relatos sobre as instituições, os governos, as escolhas, as personagens e seus grandes feitos. Apesar da dominação masculina, a atuação das mulheres não deixa de se fazer sentir através de complexos contrapoderes: maternal, social, sobre outras mulheres no jogo de sedução. Então, o desafio será não separar público e privado, mas trabalhá-lo como relacional, introduzindo também novas dinâmicas à produção do conhecimento e à relação social interétnica que estudo, percebendo os significados presentes nestas relações, e como ele engendravam práticas e conflitos.

³⁵ “Parte de uma narrativa”, pois, grande parte da revisão que se faz da História oficial de Joinville está se baseando nos últimos tempos de relatos orais. A História Oral tem contribuído, e muito, pois traz à tona elementos que não compunham a História.

4. SELECIONANDO, CONTACTANDO E CONFIGURANDO O CAMPO

4.1. Apresentando as personagens

Para a realização dos objetivos desta pesquisa, realizei meu trabalho de campo na cidade de Joinville, onde procurei encontrar mulheres que aceitassem ser entrevistadas e que pudessem colaborar com esta minha pesquisa e com a minha monografia de conclusão de curso³⁶.

O primeiro passo deste “trabalho de entrevistar” foi localizar essas mulheres joinvilenses que pudessem me contar de suas experiências de relações amorosas interétnicas. A pergunta que eu me fazia era “Onde posso encontrar quem me fale sobre sua experiência de casar com um descendente de alemães?”. Após a pergunta, vinha o momento de pensar, pensar, e pensar... O incrível era que na minha lembrança de parentes, vizinhos, conhecidos e amigos de amigos, só me recordava de pessoas que casavam intra-eticamente, ou seja, pessoas que tinham se casado com pessoas da mesma etnia. Hoje isso é até engraçado de lembrar, mas era incrível como eu formava pares na minha cabeça do tipo “alemão com alemã”, “brasileiro com brasileira”, “italiano com italiana”. A lembrança era ainda mais impossível quando se tratava de casamentos mais antigos, de pessoas com mais de 50 anos.

Arrisco-me a dizer desde já que isso tem a ver com alguma desaprovação relacionada aos casamentos interétnicos, e que isso se traduz, sobretudo, num problema temporal e geracional. Digo isso, pois, hoje em dia é muito raro ver uma pessoa que está na faixa dos “vinte e poucos anos”, em Joinville, que se identifique dizendo “eu sou alemão”, ou “eu sou de origem”. Já nas minhas entrevistas, a narrativa das mulheres que estão em idades acima de 36 anos dizem muito sobre a desaprovação que sofreram por parte da família alemã, e o apego que há ao 'passado da imigração', por parte de suas sogras, que representam uma geração nascida antes de 1950.

³⁶ Convém deixar claro, que, apenas um nome apresentado aqui é verdadeiro. Todos os outros nomes são fictícios. Três entrevistadas me pediram que trocassem o seu nome nessa monografia, e o nome de outra troquei por achar mais conveniente deixá-la no anonimato.

Mas, passado esse período de “quebrar a cabeça” para lembrar de alguma possível entrevistada, acabei me lembrando de apenas uma mulher, que eu apenas conhecia de nome; sendo que esta mulher possui um pequeno salão de beleza próximo ao bairro onde moro. Mas eu nunca havia tido nenhum tipo de relacionamento próximo ou mesmo conversa, a única coisa que eu sabia é que ela era casada com um homem de família com origem alemã.

Fiquei feliz em ter encontrado alguém que pudesse entrevistar, mas imediatamente após a idéia, tive uma decepção, quando me atentei para o fato de que esta mulher era jovem, e que, possivelmente, seu marido e sua sogra não tivessem mais nenhuma identificação com a etnia alemã, pois cronologicamente a colonização está bem distante de 2008, e, principalmente, de alguém na faixa dos 35 anos.

Felizmente eu estava enganada. A mais jovem das minhas entrevistadas era talvez a que mais sofria em seu casamento com a pressão de ser de uma etnia diferente da qual seu marido descendia. E a que mais sofria com a influência da sua sogra que era de origem alemã, e que nesta pesquisa, era a mais jovem das sogras citadas.

Isto é tão verdade, que no momento inicial da minha aproximação com a entrevistada, ela quase se recusou a ser entrevistada³⁷, quando eu expliquei meu tema e qual seria meu foco de análise durante a entrevista, e principalmente quando disse que a conversa seria gravada. Diz que só o fez porque entendeu que era uma “pesquisa para a faculdade, uma coisa séria”, conforme suas próprias palavras; mas exigiu que seu nome fosse trocado na redação deste texto, pois tinha medo que a sua sogra ou mesmo seu marido descobrissem de alguma maneira que ela havia falado mal de sua relação familiar, principalmente com relação a sua sogra e também a avó do marido. Feita essa ressalva da entrevistada, aceitei sua condição, pois isso não prejudicava – como não prejudicou – o andamento da pesquisa³⁸, e realizei a entrevista numa manhã, em seu próprio local de trabalho.

O nome que darei a esta entrevistada será Sueli. Seu local de nascimento é Joinville, sua profissão é de cabeleireira, tem 36 anos, e está casada desde 1998 com Marcos, com quem tem uma filha de quatro anos. Este ano fará 10 anos de casamento, mas namorou o marido durante três anos antes de casar. Portanto, tem uma relação

³⁷ Entrevista concedida a Morgana Laemmle no dia 05 de maio de 2008.

³⁸ Muito pelo contrário, este fato veio de encontro também a outras entrevistas que relatarei nesta pesquisa, onde identifiquei um “medo da sogra”.

interétnica de 13 anos, na qual seu marido é filho de pai e mãe com origem alemã, e Sueli se diz “brasileira”.

A entrevista que eu tive com ela foi uma conversa rápida, que durou apenas 50 minutos. Seguindo a metodologia deste trabalho e de todas as demais entrevistas, foquei esta entrevista na narrativa discursiva da entrevistada, onde ela me contou suas histórias, baseadas na sua memória. Incrivelmente, esta foi minha entrevista mais curta, mas foi aquela onde a entrevistada contou mais detalhes do seu casamento e da sua relação com a sogra, sem que eu precisasse fazer muitas intervenções.

Parti para a próxima entrevista satisfeita com as histórias que Sueli havia me contado e que colaborariam de forma profunda com a minha pesquisa. A próxima entrevistada seria uma senhora de 82 anos, que me foi indicada por uma conhecida como alguém que “tinha casado com um alemão”. O primeiro contato foi feito por telefone, onde me identifiquei e expliquei minha pesquisa. Surpreendi-me como quão rápido esta senhora se prontificou a me atender já no dia seguinte³⁹, assim como me chamou a atenção sua lucidez ao falar comigo ao telefone.

E no dia seguinte eu estava sentada no sofá da casa da senhora Maurita, conversando sobre muitas coisas. A minha empolgação com a entrevista anterior feita com Sueli, quase foi desfeita quando conversei com esta senhora de 82 anos. A lucidez de Maurita fez com que ela contasse histórias de todos os tipos, desde a sua infância, até a comentar várias vezes sobre os problemas da atualidade. Sabia que corria este risco devido a minha metodologia da História Oral, onde a subjetividade da entrevistada faz com que o foco que eu espero da narrativa se perca um pouco, pois é o narrador que decide o que narrar. Mas o controle da entrevista existe, pois o entrevistador é o responsável por dar 'o gancho' da conversa, e foi isso que ocorreu nesta entrevista.

Pouco a pouco, durante quase 2h e meia de conversa, consegui esta senhora que se definia como “brasileira misturada” vasculhasse sua memória e me contasse um pouco da sua realidade vivida socialmente no casamento interétnico. E para complementar essa entrevista, o marido de Maurita, o senhor Egon, de 83 anos, insistia em ouvir e participar de nossa conversa em diversos momentos, tecendo comentários e impressões sobre a “Joinville de antigamente”. Só parava quando Maurita pedia delicadamente para ele “dar uma voltinha”. Mas em nenhum momento senti que ela se

³⁹ Entrevista concedida a Morgana Laemmle em 07 de maio de 2008.

constrangeu em falar da sua relação com a sogra. Ao contrário de Sueli, o marido de Maurita sabia muito das queixas da esposa em relação à sogra.

Situação diferente vive minha próxima entrevistada, Rose. Assim como a primeira entrevistada Sueli, Rose pediu para que eu não contasse nada da conversa⁴⁰ que tivemos para sua sogra, que é uma senhora que eu conheço pessoalmente. Aceitei sua proposta, e esclareci que meu objetivo era somente uma pesquisa acadêmica, e que não estava interessada em criar nenhum tipo de problema familiar para ela. Rose tem 45 anos, tem um casal de filhos, e está casada a 24 anos com Arthur (filho de pai com origem alemã e mãe com origem alemã, natural de Joinville), e é dona-de-casa. Trabalhou durante 12 anos em uma tradicional indústria fabril da cidade, onde conheceu seu marido. A entrevista ocorreu na sala de sua casa, sem a presença de ninguém da família. Ela mesma disse que “assim foi bom porque daí posso falar o que quero”. Rose morou até os 15 anos em Brusque, diz que “é de família com origem italiana e brasileira”, e se mudou para Joinville com toda a família aos 15 anos, onde mora até hoje. Em seu relato, há constantemente a figura da sogra aparecendo como um obstáculo em sua vida de casada.

Minha próxima entrevistada foi encontrada num grupo de mulheres que se reúnem uma vez por semana na sede de uma Igreja Evangélica de Confissão Luterana para fazer trabalhos manuais e conversar. Essa entrevista⁴¹ foi a mais animada, e difícil de ser transcrita, pois a conversa se estendeu por horas. Cheguei a este grupo por intermédio de uma conhecida, que era amiga de uma senhora chamada Alzira, que era casada com um descendente de imigrantes, e se definia como “brasileira, pois é muita mistura na família”. Alzira tem 69 anos, participa da comunidade luterana desde que casou, mas é de família católica. Está casada a 49 anos, e tem quatro filhos. Sempre foi dona-de-casa, e em seu relato a figura da sogra aparece como uma “alemoa⁴² chata”.

O interessante desta conversa é que quando terminei a entrevista com Alzira, desliguei o gravador e fui ver os trabalhos manuais das outras senhoras. Alzira então contou às amigas o que tínhamos conversado, e todas começaram a tecer comentários

⁴⁰ Entrevista concedida a Morgana Laemmle em 12 de maio de 2008.

⁴¹ Entrevista concedida a Morgana Laemmle em 15 de maio de 2008

⁴² Convém deixar claro aqui que na maioria das conversas o termo “alemoa” é usado, ao invés de “alemã”. Esta característica da fala das informantes será preservada inclusive nas transcrições, pois isso se apresenta como uma característica comum a todas as mulheres, e também em grande parte da população joinvilense. Em minhas entrevistas, todas as narradoras se referem às suas sogras como “alemoas”. Mas essa é a única que usou o adjetivo “chata”; revelando o conflito existente.

sobre os casamentos interétnicos. (Convém lembrar que esta é uma comunidade luterana, e em Joinville as Igrejas Luteranas ainda são fortemente marcadas pela presença da origem alemã; mas Alzira era a única mulher do grupo que não tinha nenhuma ancestralidade alemã). Os comentários das mulheres e suas respectivas falas foram anotados em meu caderno de entrevistas, e tornaram-se muito proveitosos nesta pesquisa. Informalmente e anônimas, as mulheres do crochê e do bordado me deram elementos interessantes para compreender as relações interétnicas através de um outro viés, pois elas eram em sua grande maioria mulheres na faixa dos 70 anos e que eram sogras alemãs! Estas mulheres alemãs me falaram frases impactantes, tais como “alemão casa com alemão”, ou “eu queria que meus filhos casassem com alemoas também, mas hoje em dia tá tudo muito misturado”. Frases estas que me mostraram um outro lado da pesquisa, o lado das sogras alemãs. E mostraram também que a pesquisa estava indo pelo caminho certo, e que os objetivos seriam verificados, e ainda melhor, validados como corretos.

Minha última entrevistada é uma conhecida minha. A entrevista⁴³ ocorreu em sua casa, e a resolução de dar a entrevista não foi difícil, já que a narradora em questão sempre falou abertamente da tensa relação com a sua sogra alemã, principalmente após o falecimento da mesma. A entrevistada se chama Maria, tem 50 anos, casou-se com Rodolfo em 1978 na cidade de Joinville e teve dois filhos. É dona-de-casa, e sua ascendência é “italiana e cabocla”, segundo ela mesma diz. Rodolfo é neto de alemães vindos da Alemanha, e seu pai é alemão de nascimento.

Enfim, apresentei minhas narradoras desses casamentos interétnicos. Ao todo entrevistei cinco mulheres⁴⁴ – Sueli, Maurita, Rose, Alzira e Maria - gravei suas entrevistas, e analisarei estas no capítulo 5. A faixa de idade dessas mulheres varia dos 36 anos até os 82 anos. Todas residem em Joinville há muitos anos, e casaram-se com homens que têm família de origem alemã. Nenhuma delas possui qualquer origem familiar alemã. E todas elas relatam problemas com a sogra alemã. Problemas estes que se revelam no cuidado com a casa (preparação e compra da comida, limpeza, trabalho), e nas relações familiares, representadas no cuidado com o marido e filhos. Além dos problemas com a sogra, estas mulheres me narraram também como elas engendram

⁴³ Entrevista concedida a Morgana Laemmle em 18 de maio de 2008.

⁴⁴ Ao todo procurei sete narradoras para esta pesquisa, algumas indicadas, outras que eu já conhecia. Mas uma delas foi descartada, pois não chegou a conhecer a sogra, e outra era de família italiana de nascimento (inclusive tinha o sobrenome Zanella), mas foi criada a partir dos quatro anos por uma família alemã. Portanto, meu número de narradoras é cinco.

práticas de significação, através de suas identidades de mulher, esposa, nora, brasileira. E como vêem e como se posicionam em relação à tensão entre mulheres, entre homens e mulheres, entre famílias, entre valores estruturais, e entre concepções de mundo.

4.2. Identidade e Memória: categorias de análise do campo

Para esta pesquisa, entrevistei as mulheres joinvilenses utilizando a metodologia da História Oral, onde as memórias dessas mulheres e suas Histórias de Vida foram utilizadas na elaboração de narrativas discursivas em relação a seus casamentos interétnicos.

Para além de suas memórias de amores, namoros e casamentos, e das relações conflituosas que estas relações ocasionaram com as sogras alemãs, estas mulheres me contaram e trouxeram à tona diversos elementos que se tornam essenciais na elaboração e na discussão dessa pesquisa. As memórias dessas mulheres me contaram inúmeras coisas sobre a cidade de Joinville, sobre as relações sociais ali existentes, sobre o Brasil, sobre as relações de gênero, sobre normatizações de conduta feminina, sobre identidade étnica, sobre práticas sociais. Esta pesquisa me fez ver ainda mais o quanto a realidade social é infinita e imbricada de elementos e categorias que interagem entre si; e que cabe ao cientista social em suas pesquisas, tentar da melhor maneira possível trazer à tona estes elementos que dinamizam a sociedade e estudá-los de maneira criteriosa.

Mas foi a memória quem se tornou o elemento primordial nesta pesquisa; pois as memórias são vozes que discorrem, descrevem, interpretam. São narrativas discursivas portadoras de imagens que dão a ver aquilo que dizem através da escrita ou da fala⁴⁵. A memória destas mulheres que pesquisei em Joinville é um trabalho de linguagem que transmite um acontecimento ou situação vivida através de imagens que remetem e ressignificam as suas experiências, pois como cita Alessandro Portelli⁴⁶ “as narrativas são pistas para se reconhecer o passado, são versões do acontecimento”.

⁴⁵ PESAVENTO, 2006.

⁴⁶ PORTELLI, 1996, p.60.

É neste sentido que as narrativas tratadas aqui resultam de coletas orientadas sobre a perspectiva da História Oral com perspectiva de gênero e consistem em expressões dos significados das experiências das entrevistadas. Estes significados das entrevistadas foram reconstruídos no ato de rememorar, pois, citando novamente Portelli “recordar e contar já é interpretar⁴⁷”. Além disto, as narrativas possibilitam a recriação dos processos de subjetividade através dos quais as entrevistadas joinvilenses constroem e atribuem significados às próprias experiências e identidades, como mulheres, esposas, noras, e brasileiras.

As entrevistas tinham como objetivo a evocação de lembranças das mulheres e as questões orientadoras da narrativa oral privilegiaram temas relevantes, tais como: relações amorosas, relação com a mãe do marido, a sogra; relação com a etnia alemã; sentimentos identitários; sentimentos de pertencimento ou exclusão ao grupo, critérios valorativos de gênero; todos estes temas reconstruídos no ato de rememorar. É neste contexto que explico aqui que a fonte oral utilizada nesta pesquisa que foi elaborada intencionalmente a partir das minhas interferências como pesquisadora, da seletividade mnemônica da entrevistada e ouvida como representação “poética e ritual”⁴⁸ do significado de uma experiência.

É neste sentido que pretendo deixar claro, que os depoimentos das minhas entrevistadas não representam comprovações ou provas sobre as relações interétnicas em Joinville de forma geral ou de algo a isso relacionado, mas representam, sim, lembranças e sentimentos selecionados entre presente e passado, entre as vivências de mulheres que casaram com homens de origem alemã, registrados em diálogos com a concordância das entrevistadas que possuem reconhecimento social para falar das relações interétnicas, pois participaram destas relações diretamente. Pois a fonte oral é compreendida como um conhecimento criado na reinvenção do acontecimento e em suas relações com a narrativa, com as versões individuais, com a transmissão, com o subjetivo, e com interpenetrações entre presente e passado. É um caminho fronteiro que possibilita a mim como pesquisadora a ressignificação do acontecimento num âmbito relacional onde se problematiza a trajetória da composição das lembranças, as próprias lembranças e o acontecido reconstruído.

⁴⁷ PORTELLI, 2001, p.20.

⁴⁸ PORTELLI, 2001.

Após obter os testemunhos narrativos dessas mulheres joinvilenses e considerando o contexto específico em que estes testemunhos foram produzidos, opto nesta pesquisa por interpreta-las a partir do cruzamento entre a problematização dos significados e das identidades reconstruídas nas falas dessas mulheres com o aparato teórico sobre memória, identidade e gênero. Pretendo perceber assim também como esses significados são generificados para estas mulheres, a família, a cidade, a etnia, e quanto as unidades de significação e suas recorrências são generificadas. O gênero e a etnia a que pertencem particularizam as memórias destas, uma vez que as narrativas são construções ressignificadas de mulheres inseridas em um contexto social e histórico específico: a Joinville dos imigrantes alemães.

Exponho este fato para reforçar minha posição teórica descrita anteriormente neste trabalho, onde cito as idéias de Joan Scott sobre a necessidade de discutir o gênero de uma maneira relacional. Assim, para a análise de meu campo empírico onde obtive as narrativas das mulheres, incluirei o relacional, o relativo, sempre pensando em que contexto os relatos foram produzidos, impondo-se assim a necessidade da problematização e politização da categoria “mulher” neste resgate de uma memória feminina.

A socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos cita em seu livro “Memória coletiva e teoria social”⁴⁹ que as abordagens teóricas são como lentes de aumento que nos ajudam a compreender melhor certos aspectos da realidade. Partindo desta idéia então, é preciso que eu tenha e utilize-me de uma base epistemológica para a compreensão destas mulheres que viveram relações e casamentos interétnicos.

É por isso que se torna necessário aqui expor algumas categorias utilizadas para a minha análise. Antes de qualquer coisa, é necessário esclarecer que enquanto pesquisadora eu estaria reconstruindo imagens, já que o ato de recordar é uma construção organizada e seletiva daquela que recorda. Ou seja, eu estaria utilizando imagens sobre os passados das mulheres joinvilenses entrevistadas, construídas por elas próprias; e estas lembranças deveriam ser compreendidas ainda em relação ao movimento temporal entre o presente e o passado, e ao trajeto social de cada uma delas e da sua família em particular. Também é preciso neste caso ajuizar a intervenção da pesquisadora no momento das narrativas, pois apesar das entrevistas não conterem uma

⁴⁹ SANTOS, 2003, p.24.

estrutura rígida e um roteiro esquemático fixo obedeceu-se a interesses relacionados aos objetivos da pesquisa e as subjetividades da pesquisadora.

Nesta pesquisa utilizo “lentes” que identificam a memória dessas mulheres enquanto um fenômeno social e sinônimo de representações coletivas que trazem com elas uma dimensão histórica, social e generificada. Pierre Nora⁵⁰ definiu como ‘lugares da memória’ os “locais materiais ou imateriais nos quais se encarnam ou cristalizam as memórias de uma nação e onde se cruzam memórias pessoais, familiares e de grupo. São como espelhos nos quais, simbolicamente, um grupo social se reconhece e se identifica, mesmo que de maneira fragmentada. Estes lugares inspiram imagens, idéias, sensações, sentimentos e vivências individuais e de grupo, num processo de reconhecimento das experiências coletivas⁵¹”. De outro modo servem como substância aglutinante entre os membros do grupo, garantindo assim seu sentimento de pertencimento e de identidade, a consciência de si mesmos e dos outros que compartilham essas vivências. Assim, defino os casamentos interétnicos como ‘lugares de memória’, pois são constituídos por acontecimentos e conjunturas do passado que são ressignificados no trabalho explicativo frente à memória das entrevistadas.

Na visão do sociólogo Maurice Halbwachs⁵², a memória é um fenômeno social, submetido a flutuações, transformações e mudanças. O autor defende assim que por mais que pareçam resultados de sentimentos, pensamentos e experiências pessoais, as memórias são perpassadas e marcadas por correntes invisíveis do pensamento, que remetem ao aspecto coletivo. Defende assim que os indivíduos se lembram porque fazem parte de grupos ou já estiveram com eles, estando o esquecimento ou a lembrança atrelada à permanência numa comunidade e a sua ligação afetiva com seus membros. Tem-se a memória do indivíduo relacionada aos grupos dos quais faz parte como a família, a classe social, a escola, a igreja, a profissão; enfim, seus mais distintos grupos de convívio. Desta forma, ao lembrarem, os indivíduos não reviveriam o passado tal como ocorreu, mas o reconstruiriam a partir do presente.

Cito novamente Myrian Sepúlveda dos Santos⁵³, quando esta argumenta que a noção de identidade – que rompe com as dicotomias entre indivíduo e sociedade, passado e presente – está associada à idéia de memória, assim como esta última à

⁵⁰ NORA, 1993.

⁵¹ NORA, 1993, p.12.

⁵² HALBWACHS, 2004.

⁵³ SANTOS, 1998.

primeira. A autora explica que o sentido de continuidade e permanência presente em um indivíduo ou grupo social ao longo do tempo depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra.

Neste mesmo sentido tem-se o argumento de Michael Pollack⁵⁴, quanto este autor diz que o sentimento de identidade está ligado à memória. Pois, segundo ele, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. É a memória que permite segundo Pollack, que o indivíduo construa a imagem que tem de si, tanto em relação a si mesmo como aos outros; que adquira esse sentimento de pertencimento ao grupo; que tenha um sentido de continuidade no tempo e que se desenvolva por meio de um sentimento de coerência.

A relação que se estabelece entre memória e identidade configura-se como elemento fundamental na compreensão e análise de como as mulheres joinvilenses que entrevistei se percebem e como ressignificam a experiência vivenciada nas suas relações interétnicas conflituosas e em seus casamentos interétnicos. As identidades assumidas no presente pelas entrevistadas estão ligadas às memórias do passado, mas também relacionadas aos valores e práticas vivenciadas nas relações cotidianas atuais, e que também se relacionam com a perspectiva das relações de gênero. E por outro lado, essas memórias são marcadas por seus interesses no presente e pela forma como querem ser reconhecidas; pois como aponta Myrian Sepúlveda Santos “trata-se de compreender o jogo entre o presente, o passado, a identidade atual e a memória⁵⁵”.

Assim, aponto para o fato que ao analisar memórias de mulheres, procuro entender o modo de pensar, sentir, rememorar e viver de um grupo de cinco mulheres que não se conhecem entre si, mas que compartilham da mesma experiência de relações e casamentos interétnicos. Elas não falam apenas de si, mas do conjunto de uma cultura referida aos valores que exploro, pois assim como aponta Pollack⁵⁶, há uma suposta fixidez de algumas lembranças, quando o autor afirma que “existem marcos e pontos relativamente invariantes e imutáveis na memória”. Do mesmo modo, não se reduz a possibilidade da pesquisa pelo número de entrevistas, e, digo isso, porque ainda pairam

⁵⁴ POLLACK, 1992, p.204.

⁵⁵ SANTOS, 1998.

⁵⁶ POLLACK, 1992, p.204.

muitos fantasmas na vida acadêmica sobre a relevância do número de entrevistados, ainda que no caso dessa metodologia, isso não seja o determinante.

Neste caso é interessante lembrar que nesta pesquisa, me aproprio de uma modalidade de memória denominada “memória feminina”, que se traduz numa memória subterrânea, escondida, que eu como pesquisadora precisei revirar. E através desta memória feminina pude entender algumas relações de gênero que se estabeleceram na vida das mulheres joinvilenses que entrevistei, nas quais muitas vezes foram subjetivadas e se subjetivaram. Isso só é passível de ser estudado e analisado se o ponto de partida do estudo for o entendimento de que os gêneros são construídos cultural e historicamente, que as identidades de gênero estão relacionadas com outras variáveis como classe e etnia, e que a compreensão dos gêneros é relacional, pensada na interação com outros indivíduos.

5. AS “ALEMOA” E AS BRASILEIRAS

5.1. A tensão entre as etnias

“É... Aqui era assim: alemão só casava com alemão, e caboclo com caboclo”.

É com este relato de Dona Verônica, participante do grupo de senhoras da Igreja Luterana que encontrei numa tarde de conversa, crochê e bordados, que inicio este capítulo. Um comentário de uma senhora de 77 anos proferido quando sua amiga Alzira me apresentou a ela e disse o que eu estava pesquisando. Uma frase curta, mas que sintetiza tudo que apresentei neste trabalho, e tudo que se seguirá nesta análise acerca das relações e dos casamentos interétnicos.

Ao longo das minhas entrevistas⁵⁷, onde me foi possibilitado o privilégio de vasculhar a memória de cinco mulheres joinvilenses, pude perceber que os meus objetivos e as minhas hipóteses colocadas para esta pesquisa seriam, sim, comprovados: existe uma tensão entre as etnias em Joinville, e há uma tensão nos casamentos interétnicos, onde a figura da sogra de origem alemã atua de forma preponderante; havendo também uma clara valorização da identidade e da origem alemã por parte das mulheres alemãs.

O relato dessa senhora exposto na curta frase acima contribui e reafirma minha pesquisa, onde percebo que há nas memórias das mulheres brasileiras que entrevistei uma valorização da etnia e da mulher alemã, em detrimento de qualquer outra, por parte de suas sogras. As sogras não aceitam bem o casamento interétnico de seus filhos homens, e freqüentemente têm expectativas e representações do que seria uma boa esposa, uma mulher ideal. Mas tudo isso calcado numa relação valorativa da identidade alemã.

⁵⁷ Todos os relatos das entrevistadas estarão entre aspas e destacadas do texto.

5.2. A tensão nos casamentos interétnicos

Nesta minha pesquisa, que se enquadra no campo das relações interétnicas características do contexto da imigração e colonização no sul do Brasil, surgiram também nas entrevistas representações sobre o papel das mulheres alemãs na conformação do pertencimento comunitário ou étnico, que apelam às práticas cotidianas e à tradição cultural comum articulada ao processo migratório. Em várias das falas gravadas para esta pesquisa, a mulher descendente dos alemães imigrantes de Joinville aparece e serve como parâmetro para distinções sociais carregadas de símbolos identitários que operam como indicadores de uma comunidade moral compartilhada por indivíduos e famílias de mesma “origem” nacional. Neste contexto, quando alguém de origem diferente tenta adentrar na família, há o confronto.

“Ela sempre implicou comigo. Sempre, sempre... Já lá no namoro, eu via que ela implicava com o namoro. Sabe, só do jeito de olhar pra mim, de tratar a gente, eu via que implicava. Mas sabe... Eu achei que era aquela implicância sabe... Aquela implicância de sogra mesmo. Mas daí ela foi se revelando. Não demorou muito não... Ihhh, rapidinho eu vi que era por causa de que eu não era alemoa também. Até com a lista dos convidados do meu casamento ela implicou. Tudo, tudo, ela falava. Sabe, sabe o que ela disse? ‘Nossa, como essa caboclada tem família grande’. Aham, ela disse bem assim, ela queria que ele casasse com uma alemoa”.⁵⁸

Este relato de Sueli nos conta sobre uma sogra que desde o início implicou com ela, e com o namoro de seu filho com uma ‘brasileira’. Esta citação de Sueli reforça a tese deste trabalho, sobre a influência da sogra de origem alemã nas relações interétnicas, e, sobretudo marca duas questões subjacentes à idéia de pertencimento comunitário próprio das situações interétnicas produzidas pela imigração: o casamento preferencial endogâmico e a transmissão do estilo de vida e cultura de uma geração para outra.

⁵⁸ Relato de Sueli, concedido em 05 de maio de 2008.

Nas memórias de Sueli, ela se recorda que a sogra queria que seu filho casasse com uma mulher de origem alemã, e ao se referir à família de Sueli como “caboclada” reforça o preconceito contra a nora, incluindo-a numa categoria genérica e pejorativa: “a caboclada”. Até o tamanho da família de Sueli é criticado, numa clara valorização da família alemã reduzida, numa clara valorização da ‘cultura alemã’ em detrimento de qualquer outra ‘cultura’.

Nesse relato que expus, há um conflito que classifica essas duas mulheres – a sogra alemã e a nora brasileira – em pólos opostos. Essa questão ultrapassa o conflito entre duas mulheres, e passa a atuar na extensão de toda a família 'brasileira', e marca dicotomias na cidade como um todo, criando um tipo de espacialização familiar, onde a sogra demonstra diferenças entre as etnias e as famílias correspondentes, quando fala de forma desdenhosa e negativa que os “caboclos” têm família grande, muitos filhos. Como se só os alemães fossem “comedidos e planejados”, na questão da organização e planejamento familiar.

5.3. A 'cultura' alemã hierarquizada positivamente através da comida

Assim como os sujeitos masculinos e femininos (e também as concepções de masculinidade e feminilidade), são produzidos em articulação e/ou confronto de muitas outras identificações, baseadas, por exemplo, na nacionalidade, na raça e na religião; percebe-se nesta pesquisa que a ‘cultura’ é concebida como sendo um campo de luta e contestação em que se produzem tanto os sentidos quanto os sujeitos que constituem os diferentes grupos sociais e étnicos em sua singularidade, havendo a dicotomia “alemães versus brasileiros”.

Neste sentido, a cultura está implicada com a forma pela qual estes fenômenos manifestos são produzidos através de sistemas de significação, estruturas de poder e instituições, sendo que a “a cultura é o terreno em que se manifestam diferentes e conflitantes concepções de vida social”⁵⁹.

⁵⁹ MOREIRA, 1994.

É interessante citar aqui o relato de Maria, quando esta me contou sobre as ‘diferenças alimentares’ entre ela e o seu marido, uma diferença cultural e de origem étnica que causava estranhamentos na vida social da família e do casal:

“No namoro era tudo muito bom né. Mas era tudo diferente de hoje em dia né. O namoro era meio assim, mais distante né. O meu marido ia lá em casa só no domingo visitar. Daí ele almoçava lá, minha mãe fazia aquele almoço. E ele gostava. É, gostava.... (risos). Só dizia que gostava! Acredita Morgana?”

[...]

“Depois de casada, eu fazia o almoço igual né: polenta, galinha... Eu gostava né. E ele também. Mas daí um dia ele disse brigando “Essa italianada que só sabe comer polenta e pão com muss!”⁶⁰

A fala de Maria revela que só no âmbito doméstico, e a partir de uma relação mais próxima de conjugalidade, ela tornou-se conhecedora do conflito interétnico que teve início na relação entre o casal, sem a sogra atuando nesse momento ainda. Neste relato de Maria podemos perceber a tensão que existe entre o homem e a mulher e que se revela a partir das diferenças étnicas culturais. Neste caso, a comida marca a diferença entre o casal, e é o símbolo desta diferença. E o marido descendente de alemães coloca-se numa posição muito cômoda na esfera doméstica, onde a mulher é a figura que faz as atividades do lar – neste caso a cozinha é citada – e torna-se a responsável por continuar a evocar concepções de mundo estereotipadas num universo cultural delimitado sobre o cuidado com a casa, o fogão, as panelas.

O homem neste caso, mesmo depois de casado e com uma nova vida ao lado de sua mulher, ainda exige que ela compartilhe dos mesmos símbolos que ele tem na sua 'bagagem de vida'; exige talvez que ela faça a mesma comida que a sua mãe fazia. Além do mais, ele surge neste relato fazendo 'chacota' da comida que a família de sua mulher está acostumada a comer, num claro embate que revela tensão entre as diferenças culturais. Num ponto seguinte da conversa que tive com Maria, pergunto a ela sobre a sua sogra. E ela me revela que a chacota com relação à comida da “italianada”, estava presente nas conversas com a sogra também, bem no início de seu casamento. E diz que

⁶⁰ Relato de Maria, concedido em 18 de maio de 2008. A palavra “muss” refere-se a um tipo de doce, quase uma geléia, que se come junto com o pão.

o marido talvez tenha “herdado isso da mãe”. Esse relato final dela em relação à comida me chamou a atenção pela indignação no tom de voz da entrevistada. Senti que isso realmente a magoava, e a incomodava nessa relação. Mas disse que com o tempo se acostumou com as críticas, e foi relevando a mágoa, até que, segundo ela, não houve mais chacotas após tantos anos de casamento. Mas também me revelou neste ponto que aprendeu a “fazer comidas que ele gostava, como que a mãe fazia”; o que nos dá a certeza que o marido conseguiu que o seu novo lar fosse a extensão de sua casa antiga. E que a sogra, conseguiu exercer sua influência nessa relação; relação esta onde sogra e marido saem ilesos, com a sua etnia mantida intacta e preservada, e a única que sofre algum tipo de perda é a 'italiana', a 'brasileira'.

A mesma queixa em relação à comida, e às ‘diferenças alimentares’, aparece nas entrevistas feitas com Sueli e Rose. Sueli se recorda na entrevista do início da sua ‘vida de casada’ e cita o problema da diferença de alimentação que ela destinava ao marido, e que a mãe deste – sua sogra – insistia para que o filho, mesmo depois de casado continuasse comendo coisas que tivessem relação com os hábitos alimentares da família de origem alemã (ainda mais devido ao fato que no início do casamento o casal morava no mesmo terreno que a sogra). Da mesma forma, a sogra desqualificava o “arroz com feijão”, símbolo da identidade e da cultura brasileira. O interessante nesta fala é a raiva com que a entrevistada lembrou-se deste fato:

Sueli: “A minha sogra sempre parecia que queria... que queria... Tipo competir, sabe? Ela dava um jeito de ‘meter o nariz’ nas minhas panelas. Acredita que ela dizia que eu só sabia fazer arroz com feijão? Me dava uma raiva guria... Ela falava que a caboclada parecia que só comia isso. Daí ela sempre chamava ele [o marido] pra comer lá [na casa da sogra] aipim, cuca, queijo de colono. [...] Eu comprava lá no Campos [mercado do bairro] queijo, presunto, manteiga. Sabe, essas coisas de passar no pão. Quando eu voltava do salão, tava ele [o marido] comendo lingüiça, queijo, queijinho, nata. Me dava uma raiva que tu nem sabe”!

Morgana: Mas ele comprava?

Sueli: “Ele nada! A mãe dele que colocava na minha geladeira! Tipo que eu não comprasse as coisas né”.

Arrisco-me a dizer que a comida torna-se neste relato exposto acima mais do que um marcador cultural e um marcador da diferença entre o casal e as suas origens. Neste

caso, a comida é um símbolo que representa uma questão de poder, e de disputa por espaço. A sogra quer manter a continuidade de seu poder de mãe e provedora, mesmo com o filho tendo casado e tornado-se 'marido', e deixado de possuir unicamente o status de 'filho'. Assim sendo, a sogra disputa o espaço com a nora, e não aceita a ruptura imposta pelo casamento do filho; a sogra tenta inclusive entrar fisicamente na casa da nora e do filho, colocando alimentos na geladeira, por exemplo. (Neste caso a sogra não permite a realização plena da relação do casal no dia-a dia). Como também ela percebe que o casamento e a nora instituíram uma ruptura na relação “mãe e filho”, e uma ruptura de valores culturais, simbolicamente representados pelo tipo de comida que seu filho passou a consumir após o casamento.

Mas acredito que esta ruptura não era bem aceita nem pelo marido, pois, conforme o relato, ele se mantinha passivo diante das “investidas” da mãe dentro do seu lar e da sua geladeira. Neste ponto, parece que o homem também quer manter uma relação de preservação e continuidade da etnia, por aceitar e gostar de comer (até depois de casado e com uma nova casa) as “comidas da mamãe”; mesmo sabendo que isso poderia causar algum tipo de prejuízo em sua relação, pois Sueli me conta que visivelmente “ficava triste e com raiva” quando isso acontecia, pois se “sentia desvalorizada”. Mas que demonstrava isso ao marido, e ele dizia que era “só comida”, que a mãe não tinha ofendido ninguém. Mal sabia ele que a sogra havia ofendido sim, a partir do momento em que adentrou o espaço doméstico pertencente à outra mulher, possuidora ainda de outros símbolos e representações culturais.

A discussão em torno da concepção de cultura está diretamente conectada à problematização e ressignificação de noções como linguagem e representação. A representação é entendida aqui neste trabalho como sendo um processo que envolve as práticas de significação e os sistemas simbólicos através dos quais estes significados - que permitem às mulheres entrevistadas entender suas experiências e aquilo que representam - são construídos⁶¹. São os sistemas de representação social – relativos ao cuidado com a casa, com a comida, a religião, a língua – que constroem os “lugares” nos quais essas mulheres que casam com homens de origem alemã se posicionam ou são posicionadas e a partir dos quais podem falar ou “ser faladas”. Tais processos de produção e partilhamento de sentidos estão profundamente envolvidos em relações de poder e gênero que nomeiam, descrevem, classificam, identificam, diferenciam e hierarquizam culturas e sujeitos, ou seja, tais relações de poder definem quem está

⁶¹ HALL, 2003.

incluído e quem está excluído da cultura alemã. Este poder que a sogra exerce se revela no cotidiano, a cultura neste caso tem a ver com algo micro também, como a comida, com o espaço da casa, da geladeira. Neste caso, o cotidiano é tenso e engendra práticas sociais, onde a relação entre duas mulheres de diferentes etnias se revela numa ordem simbólica de disputa e de preservação de uma cultura alemã.

Desse modo, as representações quanto à ‘diferença alimentar’ que estão transcritas acima, reforçam a identidade alemã quando a sogra tenta impor esta condição da alimentação baseada na cozinha alemã à nora, e assim, hierarquiza as etnias, desqualificando tanto as comidas tidas como italianas, quanto as tidas como brasileiras. Desta forma também, a mulher, seja ela de origem brasileira ou italiana, é desqualificada igualmente, pois é um sujeito que carrega este símbolo (a comida) de sua etnia, símbolo este que a exclui da etnia alemã, pois não compartilha das mesmas representações. E mais do que isso é a mulher “brasileira, cabocla”, a responsável por cozinhar para o marido, para o filho da matriarca alemã.

5.4. A memória feminina que revela uma 'identidade alemã'

No decorrer desta pesquisa pude perceber no contexto histórico e cultural que investiguei, alguns elementos e marcadores sociais na memória das entrevistadas, que deram uma importante sustentação ao conjunto de representações com as quais se produziu a concepção de uma cultura alemã em Joinville. Neste sentido, em várias das entrevistas aparecem elementos como comida, língua, práticas culturais, instituições sociais, religião, como forma de marcar um pertencimento nacional, racial e/ou étnico-cultural, mas que na verdade visam posicionar as diferenças e especificidades que são produzidas em torno (ou a partir) desses marcadores sociais. Marcadores sociais que delimitam os “lugares” de mulheres e homens, assim como criam identidades e hierarquias entre os indivíduos e grupos de origem alemã, e os “outros”:

“Tudo entre a gente era diferente. Tudo, tudo. O alemão que ele falava, as comidas que ele comia em casa [na casa da mãe, antes de se casar]. Eu comia em casa tudo diferente que ele comia [risos]. Até a religião era diferente. Sabe, os brasileiros era tudo católico, e os alemão era tudo protestante em Joinville. Aqui no grupo [da Igreja Luterana] acho que eu sou a única brasileira que é protestante, que é diferente”.⁶²

Assim, estes marcadores expressos na fala das minhas personagens, e que são produzidos e lembrados através de seu cotidiano e na tensa relação com a sogra, referem-se a símbolos de identidade da “etnia alemã” em Joinville, que criam práticas de significação e sistemas simbólicos, se constituem como importante mecanismo de produção das representações que sustentam tanto as idéias de semelhanças internas inerentes ao grupo, quanto as de diferenças essenciais em relação a outros grupos.

Nesta pesquisa surgiram também questões de gênero que são oriundas do processo migratório que ocorreu em Joinville em 1851, onde a perspectiva do modelo analítico da etnicidade opera com a diferença cultural e a construção de identidades coletivas (ou individuais). Representações de etnicidade e diferença cultural em Joinville me fizeram pensar como as relações sociais que tive acesso através das memórias das mulheres que entrevistei são marcadas por divisões dicotômicas, onde a ‘cultura’ é concebida como sendo um campo de luta e contestação em que se produzem tanto os sentidos quanto os sujeitos que constituem os diferentes grupos sociais em sua singularidade. A pesquisadora Giralda Seyferth diz que:

A preservação da identidade étnica tem como corolário a preservação de um modo de vida específico, situado acima das clivagens de classes, religiosas e regionais. (...) A etnicidade, enquanto sistema de símbolos étnicos que criam uma consciência coletiva, é basicamente situacional, (...) e termos como “identidade” e “grupo” implicam na manutenção da distintividade através de limites que definem a condição de membro.⁶³

Neste sentido, percebo no decorrer das minhas entrevistas, que a sogra alemã sempre fez questão de impor a sua cultura à nora brasileira, e neste campo de luta e

⁶² Relato de Alzira, concedido em 15 de maio de 2008. Neste relato, ela aponta algumas diferenças culturais entre ela e seu marido.

⁶³ SEYFERTH, 1994, p.24.

contestação étnica, a sogra quer manter representações e práticas culturais alemãs, e quer que a 'brasileira', a 'italiana', a 'cabocla', se sinta distinta, e, sobretudo, distante da etnia alemã. A única opção que resta para as noras então, é se acostumar ao fato, ou então incutir em sua vida essa nova etnia. Quem sabe assim, tornar-se uma “de origem”, também.

5.5. Mulheres: responsáveis pela identidade do grupo

Neste sentido, e em relação às questões de embate entre sogra de origem alemã e nora brasileira que presenciei em minhas entrevistas, torna-se interessante marcar neste trabalho a importância que as questões de gênero tiveram nesta pesquisa, tanto em relação à metodologia (onde utilizei a ‘memória feminina’), quanto em relação à identidade étnica. Pois acredito que ressaltar a importância das mulheres na conformação dos pertencimentos de natureza étnica e cultural deixa em evidência aquilo que Berger e Luckmann⁶⁴ chamaram de ‘socialização primária’, que os autores definem como a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. Os autores acrescentam ainda que a particularidade mais significativa da ‘socialização primária’ é o fato dela ocorrer em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção, originando assim efeitos na interiorização de papéis e atitudes e na percepção dos “outros”.

“Dava pra sentir sim que ela se doía porque acho que queria né, uma netinha alemoinha né... Sabe, de falar alemão, de olho azul... Eu sou morena né, e a minha filha me puxou. [...] E eu não ia saber falar alemão com ela, pra ensinar, essas coisas assim em casa”.⁶⁵

Nesta transcrição acima, percebe-se o papel socializador atribuído à mulher numa situação interétnica, devido à sua ação no lar, e há a valorização do uso da língua

⁶⁴ BERGER e LUCKMANN, 1976.

⁶⁵ Relato de Rose, concedido em 12 de maio de 2008.

alemã por parte da sogra. Pois a língua é usualmente reconhecida como aprendida com as mães e as avós, e em Joinville, “aprender essa língua em casa”, tornava-se a base dos enunciados de uma identidade alemã. A língua alemã assim se traduzia numa forma de transmitir e construir os valores culturais alemães, modulando os sentimentos mais íntimos e os afetos familiares.

Mas antes disso, antes da língua, acredito que o problema maior se dá no plano biológico, onde a sogra preocupa-se com o fenótipo que a neta terá. Neste caso, há uma expectativa da sogra sobre o que essa mulher brasileira irá “reproduzir”, no sentido de pensar que tipo de filho “misturado” essa relação interétnica vai gerar. A expectativa pela manutenção dos traços fenotípicos é também a manutenção da etnia alemã e da cultura. A sogra quer que sua neta seja semelhante, se identifique e possa ser identificada pelos outros como uma “alemoinha”.

Ao longo das minhas entrevistas, e agora, nesta fase da análise do conteúdo das entrevistas, pude constatar que a figura feminina emerge nos discursos que falam do “medo” que a sogra de origem alemã tem que seus filhos casem com uma “brasileira”, o que me pareceu se dever a dois motivos: pela condição que a mulher tem de agente da socialização primária; e igualmente porque na simbólica do nacionalismo e da etnicidade a mulher é como um depósito da identidade grupal (algo que é claramente mais visível pela associação da mulher com o domínio doméstico ou privado – e no caso das minhas entrevistadas, só uma trabalhava fora. Todas as outras ficavam o dia inteiro cuidando da casa e dos filhos).

Esta constatação é verificada também no relato de Sueli, quando esta conta do nascimento de sua primeira filha, onde além das diferenças culturais da nora (no que se refere à língua, por exemplo), a sogra também hierarquizava e desqualificava a aparência física da nora, numa clara valorização do fenótipo dos de origem alemã (o mais interessante é que este tipo de comentário vinha também da *oma*, avó do marido de Sueli):

Sueli: “Não, Morgana... o pior foi quando eu tava lá no sexto, sétimo mês [de gestação]. Ela [a sogra] soltou a pérola: "Ahh, que pena que não é uma loira. Toda a família dos alemão, tudo tem olho azul. Mas a minha netinha não vai ter de certo né”. Ela e a oma falavam que na sorte talvez puxassem o Bernardo” [marido de origem alemã].

[...]

“Quando a Samantha [sua filhinha] tinha uns mesinhos só, nem falava direito ainda, já falavam alemão com ela. A oma então... Fala com tudo os netos assim”.

Morgana: Mas a Samantha é bisneta né?

Sueli: “É, é mesmo! Olha só! Até a bisneta tem que falar alemão!” [risos].

Neste relato, percebe-se que se o fenótipo, se a aparência física, dos alemães não pôde ser mantida, a língua neste caso passa a ser o marcador cultural, e tanto a avó quanto a bisavó paterna desejam e agem para que isso aconteça, a partir do momento em que insistem no uso da língua alemã.

Durante as minhas entrevistas, quando a nora falava sobre a sogra, pude perceber também que havia um certo ‘papel socializador’ das mulheres no domínio privado. Este papel era rememorado pelas minhas entrevistadas quando estas falavam dos discursos étnicos presentes na família do marido de origem alemã, principalmente naqueles referidos aos padrões ideais de casamento (onde os valores próprios da etnicidade são transmitidos). Esta constatação se apresenta na fala do homem que entrevistei quase “sem querer”, quando este senhor aposentado quis participar da conversa onde se falava “dos alemão”. O senhor Egon, de 83 anos, me contou sobre “a Joinville de antigamente”, e como era a relação entre ‘brasileiros’ e os ‘de origem’ antes e depois da II Guerra Mundial, e como sua mãe via essa relação interétnica:

“Lá no centro tinha as Escola Alemães. Essas tinham mais estudo. Tinha a professora Ana Harger. Essa sim era brava, meu Senhor! Um dia eu vi ela gritar com as crianças, nunca me esqueço. Era aquele grito que doía os ouvidos. Mas pelo menos ela dava disciplina né? Isso falta hoje em dia. [...] E lá eles separavam os alemães dos brasileiros. Os alemão ficavam dentro da cerca do colégio e ‘ai’ deles se brincassem com os brasileiros da rua. Ali sim criou uma richa feia. Daí nem amigo podia ser né. Muito menos virar parente, casar”.

[...]

“Na minha casa só casava alemão com alemão porque era tudo conhecido né? Tudo amigo, primo, vizinho. [...] Ahhh, sim, sim. Antes da Guerra já era meio ruim isso. Minha mãe falava que era pra cuidar com os caboclo. Que era melhor andar com os de origem, porque era gente que a gente conhecia. Por isso era queria que tudo os filhos casasse com de os de origem”.

[...]

“Ela falava que era melhor sempre uma alemoa, porque já entendia a família, sabia como funcionava tudo né... E os filhos também iam saber tudo mais fácil”.

Morgana: Tudo o que seu Egon?

Egon: “Ah, assim... falar o alemão, as festas da Igreja, essas coisas dos alemão”.

[...]

Egon: “Eu aprendi alemão em casa, a mãe falava com a gente”.⁶⁶

O senhor Egon revirou sua memória quando proferiu esta frase, lembrando da indicação da sua mãe, e da preferência dela pelos casamentos endogâmicos, pelos casamentos intra-étnicos: ou seja, alemão casar com alemão. Neste sentido, a ‘cultura alemã’ deveria ser preservada para as gerações seguintes, e assim também, a mulher surge nesta fala como agente socializadora e responsável pela identidade do grupo étnico. Segundo Giralda Seyfert, “a família completa a fronteira étnica como principal socializadora dos membros da comunidade étnica⁶⁷”.

O relato deste senhor traz elementos que remetem também à espacialização física e territorial, e sobre as amizades interétnicas. Quando ele fala de “cerca e rua”, temos a dicotomia “dentro e fora”, e também “privado e público”. A rua torna-se aqui uma categoria estigmatizadora, onde o homem alemão sai de dentro da “cerca” do “privado”, e vai para a rua, onde busca a sua mulher. O processo longo e estrutural de quase segregação que o senhor relata que viveu no colégio e também no âmbito doméstico, é refletido na sua vida conjugal. Os homens alemães são como que “atraídos” pela rua, para o desespero das mães. Ao mesmo tempo em que ele vê a mulher como a diferença por quem é atraído, como o proibido, ele age muitas vezes como alguém que não se acostuma com aquela que não é ‘de origem’. Parece-me que é devido a este fato, que a figura materna sempre volta, sempre surge na vida do casal. Ela é um laço que o marido não quer perder, é o que o liga à sua família, mas, sobretudo, às suas origens étnicas.

A fala do senhor Egon me trouxe muitos elementos para esta pesquisa. O primeiro deles foi resgatar a Escola Alemã⁶⁸ de Joinville (*Deutsche Schule zu Joinville*),

⁶⁶ Relato de Egon, concedido em 07 de maio de 2008.

⁶⁷ SEYFERTH, 1994, p. 17.

⁶⁸ A Escola Alemã foi criada em 1866, quando Joinville tinha apenas 15 anos de fundação. Com o encerramento das atividades da Escola Alemã em 1938, por Decreto do interventor do Estado, em função da eclosão da 2ª Guerra Mundial, coube à Profª Anna Maria Harger, assumir a administração do

que hoje é representada pelo “Colégio Bom Jesus” (de confissão luterana), que funciona no mesmo local da antiga Escola Alemã, e tornou-se referência de educação de qualidade e da elite local de origem alemã, principalmente. Depois, o senhor Egon me falou muito sobre “o tempo da Guerra” como ele mesmo diz, e sobre a campanha de nacionalização⁶⁹. Ao falar da campanha de nacionalização, e principalmente sobre a perseguição ocorrida contra as famílias alemãs, o senhor Egon frisou em sua fala que isso acarretou uma divergência ainda maior entre as famílias brasileiras e as famílias de origem alemã, pois, segundo ele, havia um medo muito grande da delação dos alemães por parte dos brasileiros. Estas falas gravadas na entrevista com o senhor Egon, traduzem este medo dos alemães e a tensão criada entre brasileiros e alemães durante a Guerra:

“Mas depois desse tempo todo mundo ficou com raiva sabe? Era só um camarada ter um problema com o outro, que já inventava que ele tava falando alemão. Daí vinha a polícia junto com uns outros camaradas que era brasileiro e davam pau nos alemão”.

[...]

“Teve uma vez que teve um jogo de bola, lá perto da fábrica dos Stein sabe? O filho de um brasileiro lá, contou pra polícia que os alemão tavam jogando e se xingando em alemão. Pronto, a polícia chegou e levou todo mundo preso. Ficaram preso lá perto do aeroporto, lá num campão lá. E tiveram que trabalhar na roça. Ficaram se não me engano uma semana lá. Mas apanharam esses coitados”.

[...]

“Só tinha uma bomba de gasolina em Joinville. Era aquelas manual sabe? A gente tinha que bombar. Quem tinha carro né, porque tinha só uma meia dúzia. Era lá na Niemeyer, onde é o Bradesco hoje em dia, sabe? Daí o sujeito foi lá e encheu de gasolina o tanque. Daí ele disse pro camarada do posto "Danke shön". Na hora o camarada chamou um polícia que tava ali perto e dedou o alemão. E voou em cima dele e já prendeu. Ele perguntou que que tava acontecendo, o polícia respondeu que ele tinha falado alemão. Ele falou que não. Daí o polícia "Como não? Eu vi tu falando Dank, Tank...". Daí o alemão falou "Tanque eu disse. Eu disse 'tanque cheio'". [risos] Daí o guarda soltou ele. Era burro né? Nem sabia alemão”.

patrimônio a partir daquela data.

⁶⁹ O ímpeto totalitário da Era Vargas buscava eliminar a heterogeneidade através dos silenciamentos (proibição da língua alemã, italiana e japonesa). O regime Vargas impôs a censura, as intervenções políticas, intervenções administrativas em empresas, criou tribunais de exceção, estigmatizou, transformou em inimigos, torturou e prendeu comunistas e estrangeiros (e trabalhadores descontentes), negou abrigo aos judeus, criou mitologias, fez publicidade, e confiscou bens e poupanças. Em 10 de novembro de 1937 foi instaurado o Estado Novo, que iniciou um processo de ‘saneamento patriótico’ que buscava horizontalizar a sociedade para verticalizar o poder.

Neste relato, o 'brasileiro' é visto como o delator, e de forma pejorativa, como o 'burro' que não sabe falar o idioma alemão (como se isso fosse uma obrigação, afinal, estamos falando da “Joinville alemã”). Esta última fala do senhor Egon tem um sentido social e estigmatizador muito forte, e revela a tensão existente entre os elementos estruturais (Guerra, campanha de nacionalização) e os elementos intersubjetivos (reunião de homens, alegria, amizade, raiva). A tensão aqui revelada é entre homens, e não entre mulheres. O senhor Egon trouxe um ponto novo a minha pesquisa, quando fala do público, da rua, e dos homens.

Iniciada em 1829, a imigração alemã para Santa Catarina foi tão intensa que em 1940 representava 52,44% do total de estrangeiros no estado⁷⁰. A imigração de alemães concentrou-se em poucas regiões do estado; e apesar da população de origem alemã ser considerada minoria dentro do contexto maior da sociedade brasileira, no contexto das colônias de imigrantes de Santa Catarina, os alemães eram considerados maioria. Este grande número de imigrantes criou toda uma rede de sociabilidade, que se expressava principalmente na língua. Por isso eram tão comuns as prisões de imigrantes e seus descendentes durante a campanha de nacionalização. Pois, como é expresso na fala do senhor Egon, havia uma ‘comunidade étnica’ dos “de origem”, que queria preservar a sua etnia, inclusive incentivando o casamento entre os de origem alemã, a fim de “preservar as origens”, incluindo aí a língua alemã, para que fosse passada para os descendentes. Assim, o papel da etnia adquire um valor de categoria discursiva e organizadora das formas de falar, dos sistemas de representações e das práticas dos “de origem”. E este papel é, sobretudo, destinado à família.

Neste sentido, Michelle Perrot, ao analisar a família como uma instância de regulamentação fundamental para a sociedade, escreve ser esta instituição o “átomo da sociedade civil [...]. Célula de reprodução, ela engendra os filhos, aos quais dá uma primeira socialização. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. A ‘boa família’ é o fundamento do Estado”⁷¹. No mesmo caminho, refletindo sobre as relações entre público e privado, a historiadora afirma que “a família instaura a comunicação”⁷² entre as duas esferas sociais. Da mesma

⁷⁰ Segundo dados do IBGE, em 1940, havia 21.532 estrangeiros em Santa Catarina, dos quais 11.291 eram alemães. Fonte: IBGE – Censo demográfico: Estado de Santa Catarina, 1940, p.10 e 11.

⁷¹ PERROT, 2005, p.458.

⁷² Idem, p.459.

forma, “a rememoração das mulheres está ligada à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade”⁷³.

5.6. Os 'lugares de memória' das entrevistadas

A rememoração das minhas entrevistadas insere suas relações interétnicas e seus casamentos interétnicos no que eu defini como “lugares de memória”, por serem locais onde os acontecimentos e ocorrências do passado passam a ser ressignificados no presente. Mas, esta rememoração é totalmente ligada ao lugar que ocupa a mulher na família e na sociedade: é por isso que constatei empiricamente na minha pesquisa, o quanto a memória das mulheres que entrevistei é sempre atrelada aos acontecimentos da esfera privada, acontecimentos reservados ao lar e à família. Diferentemente do senhor Egon, por exemplo, que me contou muitas coisas de Joinville, do Brasil na Guerra, ou seja, dos acontecimentos que se inserem na esfera pública.

Além disso, acredito ser a memória a mais épica de todas as faculdades psíquicas, pois sua luta máxima é a sobrevivência do narrador. A memória nos aponta, também, uma operação coletiva que mostra o lugar social do sujeito e de seus grupos e, portanto, suas relações com o mundo. A memória é a tentativa de reconstruir o sentimento de pertencimento, e é este sentimento de pertencimento que é rememorado nas falas das minhas entrevistadas, quando estas me contam da dificuldade que a etnia alemã impôs a sua relação amorosa. Mas mais do que um sentimento de pertencimento, a narrativa das mulheres que entrevistei marca um sentimento de exclusão destas das famílias alemãs, por não compartilharem da mesma origem étnica.

É neste sentido que a memória feminina se insere num processo de uma “memória subterrânea”, que precisa ser revirada; e através da memória, podemos entender as relações de gênero; e as relações de pertencimento (ou exclusão) das mulheres no substrato social, bem como a experiência na qual essas mulheres em suas relações subjetivaram-se e narram-se ressignificando sua própria subjetivação. Todas as minhas entrevistadas relatam que se sentiram de alguma forma excluídas das famílias

⁷³ Idem, p.39.

alemãs por não compartilharem a mesma identidade da família de seus maridos. Algumas relatam isso em maior grau, outras em menor intensidade. Mas o ponto comum entre todas as cinco entrevistas que realizei, é a memória de um certo desprezo da matriarca alemã, pela nova nora que adentra na família.

Maurita: “Eu via muita diferença no tratamento que eu ganhava, das outras noras”.

Morgana: Por quê? Como assim?

Maurita: “Ah, porque os outros dois irmãos do Egon casaram com umas alemoona [risos]. Daquelas comedoras de aipim! [risos]. [...] E era isso que a mãe dele queria né”.

Nas entrevistas que realizei, a mulher aparece como reguladora e mantenedora da etnia, principalmente à mulher alemã é atribuído este papel. A importância atribuída à mãe insere-se numa lógica tal como se fosse a “guardiã simbólica” da identidade do grupo. Por isso a resistência das sogras alemãs com o casamento de seus filhos com mulheres que não eram “de origem”, ou que eram ‘brasileiras’ ou ‘caboclas’. Pois, tem-se que às mães e às avós, pela relevância que têm nos processos de socialização, atribui-se a tarefa de guardiãs dos valores culturais de uma imaginada comunidade de iguais. Assim, nesta pesquisa surgiram algumas questões de gênero presentes em um universo discursivo que cria e recria identidades culturais a partir de referências ao passado da imigração, valores culturais e étnicos, e vida cotidiana.

Nos discursos que tive acesso por meio das minhas entrevistas pude perceber que nas memórias das noras, a sogra alemã queria que sua nora tivesse modos apropriados de comer, se vestir, cuidar da casa e do lar. Mas que para que tudo isso funcionasse em harmonia, tornava-se necessário que a nora conhecesse, exercitasse e incutisse costumes e comportamentos sociais e culturais adequados à etnia alemã, e, principalmente, fazer tudo isso, no âmbito de casamentos aprovados e legitimados pela coletividade familiar em questão. O “casamento adequado” se constituía, pois, como ponto de partida desse processo de legitimação do pertencimento e das fronteiras étnicas, nacionais e/ou religiosas que delimitavam o grupo. Os argumentos que o sustentavam referiam-se, fundamentalmente, a representações específicas de

masculinidade e feminilidade, as quais se encontravam, também, articuladas a poderosos mecanismos que regulavam e fixavam possibilidades de vivência não só de afetos, mas também da sexualidade atrelada à manutenção da etnia e da identidade do grupo alemão.

5.7. O trabalho como valor identitário

Outro elemento que apareceu com frequência nas minhas entrevistas foi a relação dos imigrantes alemães e seus descendentes com o trabalho, mas, principalmente, falas que dizem sobre a “alemã trabalhadeira”.

“A mãe dele era daquelas que acordava às 4, 5h pra tirar o leite, e passava o dia inteirinho trabalhando. [...] Era uma alemoa daquelas grandes, forte que só”.

[...]

“Ela sempre dava um jeito de falar que eu era fraca e muito miúda! [risos]. É, eu era. [risos]. [...] Ela falava que eu não ia conseguir ter filho com aquele quadril fino que eu tinha”.

Joinville frequentemente é citada na mídia como “a cidade com vocação para o trabalho”, e isto talvez seja reflexo do contexto histórico em que se insere a imigração alemã para Santa Catarina, baseada na agricultura de base familiar que organizou o sistema de produção nas regiões de colonização; e nos discursos científicos que permitiram “biologizar” as políticas de imigração e no discurso religioso do Protestantismo Luterano que se inseria numa valorização da vida regrada e sem despesas “mundanas”. Em um de seus trabalhos, Giralda Seyferth⁷⁴ cita que as políticas de imigração brasileiras nos séculos XIX e XX “afirmavam o interesse do país por imigrantes agricultores que fossem assentados em colônias, tendo como base fundiária e econômica a pequena propriedade e o trabalho familiar”, e a autora afirma com base em suas pesquisas na região do Vale do Itajaí em Santa Catarina, que havia uma preferência

⁷⁴ SEYFERT, 1991, p.166.

pelos imigrantes alemães, pelas suas qualificações “naturais” como agricultores e bons trabalhadores.

Outra pesquisadora catarinense que pesquisou o Vale do Itajaí, Maria Luiza Renaux, trabalha em seu livro com a pressuposição de uma “cultura alemã trazida na bagagem dos imigrantes”⁷⁵, e descreve em seu livro a instituição do casamento e a dinâmica das relações familiares e de trabalho dentro de alguns grupos de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães. A autora cita que a casa global rural era dirigida tanto pelo “pai da casa” (*Hausvater*) quanto pela “mãe da casa” (*Hausmutter*), que eram, ambos, responsáveis pela produção, sendo que esta responsabilidade estava delimitada pelo exercício desigual de poder de mulheres e homens, no âmbito da unidade produtiva. Quando a propriedade rural gerava o suficiente para garantir o sustento da família, o campo de atuação da mulher incluía o cuidado com a casa, a educação dos filhos, o cuidado com jardim, horta e animais domésticos (principalmente as vacas leiteiras), a plantação do linho e a sala de fiação, o beneficiamento do leite, a comercialização dos produtos e o arrendamento das terras, bem como a supervisão de eventuais empregados que estivessem envolvidos com estas atividades. Esta era a concepção de trabalho doméstico “naturalmente” vinculada ao feminino que instituíra, aí, uma subordinação de gênero bem diversa daquela que passou a vigorar no meio urbano, com a consolidação da burguesia e da industrialização, exatamente porque nela estavam entrelaçadas as relações afetivas e de reprodução biológica e social com a esfera da produção econômica.

A autora discorre sobre os valores, costumes e práticas que os imigrantes, homens e mulheres, trouxeram, e que povoaram a colônia no século XIX, e o imaginário de boa parte destes imigrantes:

Ela detinha um papel econômico ativo e uma responsabilidade moral decisiva, dentro de um quadro juridicamente emoldurado pela autoridade masculina. Na casa global unidade econômica de base e residência da família num mundo ainda articulado pelas concepções feudais, o papel de esposa, mãe, dona-de-casa, não se separava do papel de mulher que produz, envolvendo isso uma solidez de princípios capaz de assegurar a educação dos

⁷⁵ RENAUX, 1995, p.8.

filhos e dependentes, mais igualmente, a reputação de todo o negócio que garantia a sobrevivência da família⁷⁶.

5.8. A 'alemã trabalhadeira'

As representações de mulher e de homem que emergem da análise desta autora⁷⁷ têm em comum o “amor ao trabalho” manual e pesado como pressuposto básico de vida, a sobriedade e a honestidade como principais valores morais e a adoção de um rígido código de conduta e divisão social, que “amarrava” de forma quase definitiva os indivíduos e suas famílias aos grupos sociais em que haviam nascido. Ao homem agricultor cabiam os cuidados mais pesados com a plantação e os pastos. O casamento e a maternidade (nesta ordem) constituíam o destino supremo e inexorável das mulheres e não realizá-lo colocava em risco, com o avançar dos anos, a própria possibilidade de sobrevivência. Elas tinham jornadas de trabalho ainda mais duras do que as dos homens, uma vez que estavam profundamente inseridas no processo de trabalho da propriedade rural, ao mesmo tempo em que respondiam, sozinhas, pelo seu “trabalho natural” (casa e filhos).

Nas entrevistas que realizei em Joinville, em várias das falas das cinco mulheres, aparece a constatação deste “amor ao trabalho” presente nas famílias alemãs. E entre estas falas, existe também a cobrança da sogra, da matriarca da família alemã, para que a nora corresponda aos valores relacionados ao trabalho que a família alemã espera e propaga. Neste relato transcrito a seguir, minha entrevistada se queixa da sogra, quando esta reclama que ela deveria conseguir trabalhar dentro e fora de casa, ou seja, que a nora deveria dar conta dos afazeres domésticos, concomitantemente com a sua vida profissional:

“Eu trabalho desde os 14 anos como cabeleireira. Sempre me virei sozinha, já que meus pais morreram cedo. [...]. Mas ela [a sogra] não valoriza esse meu trabalho. Ela acha um absurdo eu pagar uma diarista pra limpar a casa.[...]. Mas eu trabalho o dia inteiro no salão! Mas ela quer que eu faça tudo, tudo, tudo”.

⁷⁶ RENAUX, 1995, p.217.

⁷⁷ RENAUX, Maria Luisa.

[...]

“Daí quando se junta aquela velharada alemoa tudo junta, a gente tem que ouvir que no tempo delas era diferente! Que elas conseguiam cuidar da roça e da casa... E não sei mais o quê!”.

O interessante neste relato é perceber como as dinâmicas do público e do privado são diferentes para as gerações destas mulheres que estão sendo citadas nessa narrativa (sogra, mulheres alemãs, e a 'brasileira'). Há uma temporalidade diversa entre estas personagens, pois na época das sogras era praticamente inaceitável não fazer sozinha o trabalho doméstico, pois eram mulheres que em sua maioria não pertenciam ao mercado de trabalho, ao público; portanto, o dever era cuidar com esmero do lar. Eram mulheres que tinham a sua vida dedicada ao trabalho doméstico, sua vida era resumida ao privado, e ao cuidado da casa e da família. Por isso, há um embate entre a sogra e a nora nesse sentido, que perpassa a relação interétnica, pois, a sogra não admite que a mulher do filho deixe que outra mulher entre na casa, pois isso representa uma falha da nora, por dar demasiado valor ao trabalho como cabeleireira, ao dinheiro e à sobrevivência, em detrimento de ser somente “rainha do lar”.

Portanto, neste relato percebe-se uma tensão entre mulheres, mas, principalmente, uma tensão entre concepções de mundo diferentes. Concepções de mundo que se revelam através do cuidado com a casa, e que são estereotipadas, pois apelam a práticas de significação e a sistemas simbólicos que são construídos pela família do marido. Esta representação social que a sogra impõe à nora está envolvida numa relação de poder que hierarquiza a nora numa posição hierarquicamente inferior.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa percebi, então, que a mulher descendente de alemães representou e corporificou, nesse contexto, um elemento central desse processo de diferenciação (social, cultural, e familiar), uma vez que a oposição mulher alemã *versus* mulher brasileira encarnava muitas das características mobilizadas nos discursos em que a laboriosidade e o sucesso financeiro eram contrapostos à indolência, à pobreza, e de capricho atribuídos, de forma isolada ou em conjunto, aos demais grupos com que conviviam. Esta diferenciação era atrelada também ao doméstico, quando este se refere aos filhos, ao cuidado e à educação destes no que se refere à língua alemã, bem como às semelhanças físicas destes com o pai.

Assim, as representações de gênero que pude perceber e ter acesso nesta pesquisa acabaram por configurar-se como argumentos poderosos tanto da tese da “preservação e transmissão da cultura” quanto da tese da “degeneração social e cultural decorrente da mistura de raças” e estiveram coladas, de forma importante, aos processos de diferenciação e/ou identificação que produziram a cultura alemã em Joinville após a imigração em 1851. Acredito que essa valorização da cultura e da etnia alemã em detrimento de qualquer outra, ocasionou um ideário para as famílias; ideário este estruturante da cidade, do social, da família, da cultura. Desta forma, Joinville passa a se reconhecer e ser reconhecida como a “cidade alemã”, pois mesmo onde ocorrem os casamentos interétnicos, estes são forçosamente adaptados a conviver e a manter uma identidade e uma cultura alemã.

A localização compacta dos alemães em Joinville, constituindo-se na nacionalidade majoritária da região, criou uma “comunidade étnica”, que além de fazer surgir um sentimento de grupo e de identidade étnica, forneceu todo um conjunto de símbolos de pertencimento associados a pressupostos civilizatórios numa região desconhecida e inóspita para os imigrantes em 1851 (o que obrigou os imigrantes a se ajudarem mutuamente), mas símbolos estes que perduram em entrevistas realizadas em 2008, numa cidade de quase 500 mil habitantes. Estes símbolos e esta identidade étnica que pude constatar nas minhas pesquisas estão, sobretudo, atrelados em relações de gênero, onde a mulher aparece como o “depósito da identidade do grupo”. Mas, se esta mulher não for de origem alemã, surge o conflito com a família do homem em questão.

Neste caso, a figura da mulher transcende o espaço exclusivo da casa para tornar-se principal transmissora dos valores culturais diferenciados da sociedade nacional ‘brasileira’.

Assim, é a comunidade étnica que surge nos discursos identitários, tendo a mulher como personagem principal que molda uma vida germânica marcada pela conservação da língua e da cultura produzida pela imigração em terras brasileiras. A mulher descendente de imigrantes em Joinville, mesmo passados mais de 150 anos da colonização da cidade, carrega a identidade alemã, e conforme visto na fala das minhas entrevistadas, lutou para que esta identidade fosse preservada, quando há o embate com as noras ‘brasileiras’. Minhas entrevistadas sofreram com atitudes condenatórias do casamento fora da “comunidade”. A definição positiva da mulher trabalhadora e, principalmente, depositária dos valores “de origem” tem como contrapartida a desqualificação da brasileira. Os depoimentos sobre casamentos preferenciais endogâmicos enfatizam as “qualidades” das mulheres da etnia alemã quando as ‘brasileiras’ me contam sobre o que ouviram das suas sogras no início de seus casamentos e que algumas continuam ouvindo até hoje, com referências à aparência das casas, jardins, hortas (portanto, ao domínio doméstico). As “sem origem” têm que ouvir que trabalham pouco, que não trabalham, que não tem origem, que são desenraizadas.

Nesta minha pesquisa entrevistei mulheres que estão na faixa etária que vai dos 36 anos até os 82 anos. Mulheres que não tinham origem alemã, mas que casaram nas décadas de 40, 50, 70, 80 e 90 do século XX com homens que carregavam essa identidade étnica. Tantos anos separam umas das outras, mas as queixas quanto à influência da sogra nos seus casamentos eram praticamente as mesmas. Isso me causou espanto nesta pesquisa, eu não imaginava que todas as minhas entrevistadas corresponderiam aos meus objetivos de verificação empírica, pois achava que numa cidade de quase 500 mil habitantes, e onde a maioria hoje não tem mais vínculo com a etnia alemã, a valorização tão forte dos “de origem” não existisse mais. Com esta constatação massiva através das minhas entrevistas, pude perceber que os preconceitos quanto às “brasileiras” por parte das sogras não impediram os casamentos, mas impõem uma hierarquização: a cômjuge “sem origem” – isto é, que não tem ascendência imigrante – é sempre o “outro”. Neste sentido, a “cabocla”, a “brasileira”, não tem “origem” e jamais poderá passar aos filhos as qualidades da etnia. Aí está implícito que o casamento estruturalmente desigual é aquele com uma mulher, que, além de não

ostentar a mesma identidade étnica, vem de família que estava à margem da colonização européia.

Assim, a questão da socialização e da manutenção ou persistência de uma identidade alemã de uma geração para outra, nesse caso, passou ao âmbito das relações sociais primárias: lar e amizade são seus referenciais empíricos, constantes nas falas oriundas das memórias das minhas entrevistadas. Por isso que é sempre presente nas relações que me foram contadas uma retórica contrária aos casamentos com “outras”, percebidas através da diferenciação cultural, comportamental e moral, particularmente quando se trata de mulher identificada pela categoria “brasileira” de forma estereotipada. Nesta pesquisa, percebi que por parte das sogras há uma valorização da etnia alemã, e que, assim, os símbolos significativos do pertencimento étnico associados a um casamento entre pessoas da mesma etnia mostram a persistência de valores culturais cuja transmissão é atribuída ao papel socializador primário das mulheres. Papel socializador que as mulheres desta pesquisa não puderam corresponder num primeiro momento, pois os anseios das suas sogras eram referentes a uma origem alemã que estas mulheres não possuíam.

Digo “num primeiro momento”, pois estas mulheres entrevistadas ao narrarem-se, elas se constituem, assim como aderem a práticas de significação e a sistemas simbólicos. As noras que entrevistei se posicionam passivamente em relação a esse poder da sogra, e acabaram adaptando-se e acomodando-se a essa situação⁷⁸. Não estabeleceram estratégias de ruptura, nem de enfrentamento no decorrer de suas vidas. Se fizeram isso, era enquanto eram jovens, e bem no início do casamento. Todas, sem exceção, narram que no início do casamento ficavam chateadas, mas que depois foram se moldando à situação e forjando estratégias de sobrevivência⁷⁹, que possibilitaram que todas continuassem casadas até hoje, e, em todas as entrevistas, as cinco mulheres se dizem satisfeitas e felizes com o casamento.

⁷⁸ A única que ainda se mostra ainda um pouco revoltada com a situação é Sueli. Mas ela mesma diz que isso se deve a ser nova ainda, mas que no começo do casamento a relação era bem pior. Ela relata que hoje nem se incomoda tanto com a sogra, e que se “acostumou”.

⁷⁹ As estratégias de sobrevivência das minhas entrevistadas se resumem a alguns exemplos: morar em casas separadas (sogra e nora, cada uma na sua casa); conversão à religião do marido; aceitação dos hábitos alimentares do marido; aprendizado da culinária alemã.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BERGER, P. I. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes. 3ª. Ed, 1976.

CAMARGO, Aspázia. "História Oral e Política". In: MORAES, Marieta de. *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim & FINEP, 1994.

CAMARGO, Aspázia. "O Método Qualitativo: Usos e Perspectivas". In: *Sociologia, Sociologias*. Brasília: SBS, III Congresso Nacional de Sociologia.

CAMARGO, Aspázia. Os Usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando com elites políticas. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. v.27, n.1, 1984.

CIPRIANI, R. Biografia e Cultura - da religião à política. In: VON SIMSON, O (org.). *Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice, 1988.

COSTA Cláudia de Lima. O Tráfico do gênero. In: BESSA, Martins Karla (org.) *Trajelórias do gênero, masculinidades*. Cadernos Pagu. São Paulo/Campinas: UNICAMP, n.11, 1998.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GARUVA, Borges de. *Joinville 150 anos*. Joinville: Alfarrábios Comunicação, 2001.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org). *Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2005.

HAGUETTE, Maria Teresa F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UERJ, v. 1, n.1, 1993.

História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Ipiranga, 1965.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas.* São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOBO, Elizabeth Souza. As operárias, o sindicato e o discurso sociológico. In: *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.* São Paulo: brasiliense, 1991.

LOURO, Guacira L. (org). O corpo educado. *Pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? In: BESSA, Martins Karla (orga.) Trajetórias do gênero, masculinidades. In: *Cadernos Pagu.* São Paulo/Campinas: UNICAMP, n.11, 1998.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. *Alemanha, mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil.* Campinas, 1993. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. *Os primeiros anos da Colônia Dona Francisca.* Boletim do Arquivo Histórico de Joinville, n.14, junho 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil.* São Paulo: Xamã, 1996.

MINAYO, M.C.S. e SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. *Cadernos de Saúde Pública.* Rio de Janeiro. v.9, n.3, 1983.

MINAYO, M.C.S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* São Paulo: Hucitec/ Abrasco, 1993.

MOREIRA, Antônio F.; SILVA, Tomaz T. Sociologia e Teoria Crítica do currículo: uma introdução. *Currículo, cultura e sociedade.* São Paulo: Cortez, 1994.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: *Estudos Feministas.* Florianópolis: CFH/CCE, UFSC, v. 8, n.2, 2000.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares.* Projeto História, São Paulo, n.10, 1993.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história.* São Paulo: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo: ago/set 1989, v.9, n. 18, 1989.

PESAVENTO, S. J. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos,* n.6, 2006. Disponível em: (<http://nuevomundo.revues.org/document1499.html>). Acesso em: 05 de março de 2007.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu*, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 11, 1998.

POLLACK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. *Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1996.

PORTELLI, A. A História Oral como gênero. *Projeto História*, São Paulo, n.22, jun, 2001.

PORTELLI, A. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Cultura e Representação*. São Paulo: Educ, Projeto História, 1997.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: *Cultura e Representação*. São Paulo: Educ, Projeto História, 1997a.

QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON (org.) *Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice, 1988.

RENAUX, Maria. Luisa. *O outro lado da história: o papel da mulher no Vale de Itajaí, 1850-1950*. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

SANTOS, M. S. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, M. S. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.38, 1998.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: *História das Mulheres, Século XIX*, (Org.) Georges DUBY e Michelle Perrot, São Paulo: Edições Afrontamento, Ebradil, vol.3, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n.16, v.2, jul./dez, 1990.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora mulheres, 2002.

SEYFERT, G. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, jun. 1991.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Náira (orgs). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ULBRA, 1994.

SILVA, Janine Gomes da. *Tensões, trabalhos e sociabilidades: história de mulheres em Joinville no século XIX*. Joinville: Univille, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado, história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, E.O. (org.) *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.